

Vulcabras S.A.

(anteriormente Vulcabras Azaleia S.A.)

**Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2021**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	3
Balancos patrimoniais	7
Demonstrações de resultados	8
Demonstrações de resultados abrangentes	9
Demonstração de mutações do patrimônio líquido - Controladora e consolidado	10
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	11
Demonstrações do valor adicionado	12
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas	13



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Ed. BS Design - Avenida Desembargador Moreira, 1300
SC 1001 - 10º Andar - Torre Sul - Aldeota
60170-002 - Fortaleza/CE - Brasil
Telefone +55 (85) 3457-9500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos acionistas da
Vulcabras S.A.
Jundiaí – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Vulcabras S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Vulcabras S.A em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Valor recuperável do ágio gerado em combinações de negócios

Veja a Nota 3.10, 14 e 15 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principais assuntos de auditoria

Conforme divulgado nas notas explicativas 3.10, 14 e 15, em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possuía registrado em seus ativos intangíveis consolidados, ágio pago por expectativa de rentabilidade futura no valor de R\$ 198.214 originado na aquisição de negócios. Anualmente, a Companhia realiza o teste da redução ao valor recuperável do ágio. Este processo é complexo e envolve um alto grau de subjetividade, bem como é elaborado com base em diversas premissas, tais como a determinação das unidades geradoras de caixa, taxas de descontos, projeção de inflação, percentuais de crescimento e rentabilidade dos negócios da Companhia para os próximos anos. Estas premissas serão afetadas pelas condições de mercado ou cenários econômicos futuros, os quais não podem ser estimados com precisão. Consideramos o teste anual de valor recuperável do ágio gerado em combinações de negócios como um dos principais assuntos de auditoria devido ao alto grau de subjetividade e complexidade nas premissas e cálculos envolvidos, bem como, pelo impacto que eventuais alterações das premissas poderiam gerar nos valores registrados nas demonstrações financeiras individuais, em razão do impacto sobre os investimentos e sobre a aplicação do método de equivalência patrimonial, e demonstrações financeiras consolidadas.

Como auditoria endereçou esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a avaliação, com auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, do modelo utilizado para mensurar o valor recuperável e as premissas, projeções e metodologias utilizadas pela Companhia, em particular aquelas relacionadas às estimativas de vendas futuras, taxas de crescimento e de desconto utilizadas nos fluxos de caixa descontados e margem de lucro da unidade geradora de caixa na qual o ágio foi alocado. Avaliamos a adequação das divulgações efetuadas pela Companhia sobre as premissas utilizadas nos cálculos de redução ao valor recuperável, principalmente aquelas que tiveram efeito mais significativo na sua determinação. Nossos procedimentos de auditoria incluíram também a avaliação da confiabilidade das informações produzidas pela entidade, levantamento do fluxo e desenho dos controles internos.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que é aceitável o saldo do ativo intangível relacionado ao ágio gerado em combinação de negócios, no contexto das demonstrações financeiras individuais, em função dos possíveis efeitos no saldo de investimentos e equivalência patrimonial, e demonstrações financeiras consolidadas tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Outros assuntos – Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Fortaleza, 08 de março de 2022

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 S-CE


Marcelo Pereira Gonçalves
Contador CRC 1SP220026/O-3

Vulcabras S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	Consolidado		Controladora		Passivo	Nota	Consolidado		Controladora	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020			31/12/2021	31/12/2020		
Caixa e equivalentes de caixa	4	114.635	158.552	33	18	Fornecedores	16	78.006	62.457	1.672	289
Aplicações financeiras	5	-	80.949	-	80.949	Financiamentos e empréstimos	17	291.497	127.894	-	-
Contas a receber de clientes	6	616.275	574.104	-	-	Impostos a recolher		8.944	11.938	130	97
Estoques	7	493.497	256.924	-	-	Salários e férias a pagar		45.618	30.105	13	-
Impostos a recuperar	8	46.852	18.330	576	563	Provisões	19	22.488	22.021	418	765
Imposto de renda e contribuição social	9a	7.073	5.108	746	154	Passivo de arrendamento	18	7.129	8.343	-	-
Valores a receber por alienação de operação		3.850	3.440	-	-	Comissões a pagar		14.305	16.121	-	-
Outras contas a receber		17.115	13.478	2.124	736	Impostos de renda e contribuição social diferidos	9b	2.576	-	-	-
						Dividendos e lucros a pagar		4	-	4	-
						Outras contas a pagar		24.337	26.296	153	217
Total do Ativo Circulante		1.299.297	1.110.885	3.479	82.420	Total do Passivo Circulante		494.904	305.175	2.390	1.368
Aplicações financeiras	5	10.312	9.594	2	2	Financiamentos e empréstimos	17	69.753	183.735	-	-
Contas a receber de clientes	6	3.631	-	-	-	Mútuos com partes relacionadas	11	18.041	17.632	206.533	197.763
Impostos a recuperar	8	63.099	6.787	1.821	1.805	Provisões	19	37.390	34.542	-	-
Impostos de renda e contribuição social diferidos	9b	493	1.359	-	-	Impostos diferidos sobre reavaliação do imobilizado	9b	2.272	2.406	-	-
Depósitos judiciais	10	16.005	15.080	338	543	Passivo de arrendamento	18	12.650	10.187	-	-
Mútuos com partes relacionadas	11	-	-	118.324	120.602	Provisão para perdas com investimento	12	-	-	135	124
Valores a receber por alienação de operação		1.720	5.160	-	-	Outras contas a pagar		3.665	183	-	-
Bens destinados à venda		194	194	-	-	Total do Passivo Não circulante		143.771	248.685	206.668	197.887
Outras contas a receber		2.208	2.702	1.299	1.537	Patrimônio líquido					
Realizável a longo prazo		97.662	40.876	121.784	124.489	Capital social	20	1.106.717	1.106.717	1.106.717	1.106.717
						Reservas de reavaliação	20	4.410	4.670	4.410	4.670
Investimentos	12	69.408	59.999	1.439.905	1.115.038	Reservas de capital	20	4.731	3.034	4.731	3.034
Propriedade para investimento	5	5	2.121	-	2.115	Reserva legal	20	15.692	-	15.692	-
Direito de uso	18	17.442	15.145	-	-	Reservas de lucros a realizar	20	201.927	-	201.927	-
Imobilizado	13	302.337	241.311	-	160	Ajustes de avaliação patrimonial	20	22.744	21.114	22.744	21.114
Intangível	14	209.086	208.917	111	111	Lucros (prejuízos) acumulados		-	(10.457)	-	(10.457)
						Patrimônio líquido atribuível aos controladores		1.356.221	1.125.078	1.356.221	1.125.078
Total do Ativo Não Circulante		695.940	568.369	1.561.800	1.241.913	Participações de não controladores		341	316	-	-
						Total do Patrimônio líquido		1.356.562	1.125.394	1.356.221	1.125.078
Total do Ativo		1.995.237	1.679.254	1.565.279	1.324.333	Total do Passivo		638.675	553.860	209.058	199.255
						Total do Passivo e Patrimônio líquido		1.995.237	1.679.254	1.565.279	1.324.333

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Vulcabras S.A.

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais, exceto o lucro líquido por ação)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Operação em continuidade					
Receita líquida de vendas	21	1.867.176	1.179.227	-	-
Custo das vendas e revendas	22	(1.207.761)	(831.045)	-	-
Lucro bruto		659.415	348.182	-	-
Despesas com vendas	23	(301.398)	(190.482)	-	-
Reversão (provisão) para perdas esperadas para crédito de liquidação duvidosa	23	11.929	(9.593)	-	-
Despesas administrativas	24	(118.135)	(110.561)	(7.703)	(7.262)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	25	70.784	797	4.867	5.434
Resultado da equivalência patrimonial	12b	3.072	(2.047)	317.491	33.319
Resultado antes das despesas e receitas financeiras líquidas e tributos		325.667	36.296	314.655	31.491
Receitas financeiras		88.023	46.345	7.952	871
Despesas financeiras		(75.565)	(46.406)	(8.776)	(772)
Despesas e receitas financeiras líquidas	26	12.458	(61)	(824)	99
Resultado antes dos tributos sobre lucro		338.125	36.235	313.831	31.590
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	9c	(24.286)	(4.681)	-	-
Lucro líquido do exercício		313.839	31.554	313.831	31.590
Resultado atribuível aos:					
Acionistas controladores		313.831	31.590	313.831	31.590
Acionistas não controladores		8	(36)	-	-
Lucro líquido do exercício		313.839	31.554	313.831	31.590
Resultado por ação					
Resultado por ação ordinária - básico		1,2770	0,1285		
Resultado por ação ordinária - diluído		1,2606	0,1274		
Quantidade de ações ao final do exercício					
Ações ordinárias em circulação		245.756.244	245.756.346		
Ações ordinárias em circulação com efeito diluidor		248.956.244	248.016.346		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Vulcabras S.A.**Demonstrações de resultados abrangentes**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	<u>Consolidado</u>		<u>Controladora</u>	
	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Resultado do exercício	<u>313.839</u>	<u>31.554</u>	<u>313.831</u>	<u>31.590</u>
Outros resultados abrangentes - ORA	<u>1.630</u>	<u>4.833</u>	<u>1.630</u>	<u>4.833</u>
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado				
Diferenças cambiais de conversão de operações no exterior	1.194	4.648	1.194	4.648
Ativos financeiros ao valor justo através de outros resultados abrangentes	436	185	436	185
Resultado abrangente total	<u>315.469</u>	<u>36.387</u>	<u>315.461</u>	<u>36.423</u>
Resultado abrangente atribuível aos:				
Acionistas controladores	315.461	36.423	315.461	36.423
Acionistas não controladores	8	(36)	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Vulcabras S.A.

Demonstração de mutações do patrimônio líquido - Controladora e consolidado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	Controladora							Participação de acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido	
	Capital social	Reserva de reavaliação reflexa em controladas	Reserva de Capital	Outros resultados abrangentes	Reserva legal	Reservas de lucros a realizar	Lucros (prejuízos) acumulados			Total
Saldos em 01 de janeiro de 2020	1.106.717	5.532	1.517	16.281	-	-	(42.909)	1.087.138	290	1.087.428
Realização da reserva de reavaliação em controlada, líquida de impostos	-	(862)	-	-	-	-	862	-	-	-
Transação com pagamento baseado em ações	-	-	1.517	-	-	-	-	1.517	-	1.517
Outros resultado abrangentes										
Diferenças cambiais de conversão de operações no exterior	-	-	-	4.648	-	-	-	4.648	62	4.710
Ativos financeiros ao valor justo através de outros resultados abrangentes	-	-	-	185	-	-	-	185	-	185
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	31.590	31.590	(36)	31.554
Saldos em 31 de dezembro de 2020	1.106.717	4.670	3.034	21.114	-	-	(10.457)	1.125.078	316	1.125.394
Saldos em 01 de janeiro de 2021	1.106.717	4.670	3.034	21.114	-	-	(10.457)	1.125.078	316	1.125.394
Realização da reserva de reavaliação em controlada, líquida de impostos	-	(260)	-	-	-	-	260	-	-	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	-	(86.015)	(86.015)	-	(86.015)
Transação com pagamento baseado em ações	-	-	1.697	-	-	-	-	1.697	-	1.697
Constituição da reserva de lucros a realizar	-	-	-	-	-	201.927	(201.927)	-	-	-
Constituição da reserva legal	-	-	-	-	15.692	-	(15.692)	-	-	-
Outros resultado abrangentes										
Diferenças cambiais de conversão de operações no exterior	-	-	-	1.194	-	-	-	1.194	17	1.211
Ativos financeiros ao valor justo através de outros resultados abrangentes	-	-	-	436	-	-	-	436	-	436
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	313.831	313.831	8	313.839
Saldos em 31 de dezembro de 2021	1.106.717	4.410	4.731	22.744	15.692	201.927	-	1.356.221	341	1.356.562

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Vulcabras S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro líquido do exercício		313.839	31.554	313.831	31.590
Ajustes para:		-	-	-	-
Depreciação e amortização		73.192	75.948	183	408
Provisão para perdas por valor recuperável dos estoques	7b	26.456	(91)	-	-
Juros sobre arrendamentos provisionados	18	1.859	2.835	-	-
Valor líquido dos itens tangíveis e intangíveis baixados		10.473	11.492	-	-
Rendimentos de aplicações financeiras		(3.321)	(776)	(2.504)	(27)
Provisão (reversão) para contingências	19	10.529	7.927	(16)	38
Resultado da equivalência patrimonial	12	(3.072)	2.047	(317.491)	(33.319)
Transação com pagamento baseado em ações	20c	1.697	1.517	1.697	1.517
Perdas esperadas para crédito de liquidação duvidosa	6d	(11.929)	9.593	-	-
Ganho na liquidação de relação pré existente	25	(13.980)	-	-	-
Ganho ou perda na rescisão de arrendamento	18	(308)	(61)	-	-
Recuperação de PIS e COFINS sobre ICMS		(126.080)	-	-	-
Perda na venda de controlada		-	7.641	-	-
Encargos financeiros e variação cambial reconhecidos no resultado		29.198	14.846	-	-
Impostos diferidos	9b	2.576	(1.473)	-	-
Imposto corrente	9c	21.710	-	-	-
Participação de não controladores		(8)	36	-	-
		332.831	163.035	(4.300)	207
Variações nos ativos e passivos					
Contas a receber de clientes		(33.403)	(135.741)	-	-
Estoques		(258.117)	(28.344)	-	-
Impostos a recuperar		39.281	(8.102)	(621)	256
Impostos diferidos	9b	732	-	-	-
Valores a receber por alienação de operação		3.030	-	-	-
Outras contas a receber		(3.117)	9.364	(1.150)	582
Depósitos judiciais		12	465	205	(4)
Fornecedores		69.151	19.894	1.383	(799)
Comissões a pagar		(1.816)	2.585	-	-
Impostos e contribuições sociais		(3.370)	8.410	33	14
Salários e férias a pagar		15.348	(9.986)	13	(17)
Outras contas a pagar		(6.370)	11.002	(64)	85
Provisões realizadas		(8.151)	(5.432)	(331)	(131)
Caixa gerado pelas (utilizado nas) atividades operacionais		146.041	27.150	(4.832)	193
Juros pagos	17d	(25.124)	(5.309)	-	-
Pagamento de Juros de arrendamento	17d	(2.183)	(1.760)	-	-
Impostos pagos sobre o lucro		(20.363)	(3.617)	-	-
		(47.670)	(10.686)	-	-
Fluxo de caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades operacionais		98.371	16.464	(4.832)	193
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Aquisições de imobilizado (*)	13	(130.357)	(82.305)	(2)	-
Resgate (aplicação) de aplicações financeiras		83.552	(86.961)	83.453	(80.922)
Recurso proveniente de alienação de controlada, líquido do caixa		-	(2.754)	-	-
Pagamento por aquisição de controlada	1.1.2	(37.273)	-	-	-
Recursos provenientes da alienação de imobilizado		1.387	949	-	-
Aquisições de intangível	14	(2.524)	(2.630)	-	-
Aumento de participação em investida	12b	(6.337)	-	(3.641)	(20)
Fluxo de caixa líquido (utilizado nas) proveniente das atividades de investimento		(91.552)	(173.701)	79.810	(80.942)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Empréstimos tomados - Principal	17d	190.098	285.779	-	-
Pagamento de empréstimos tomados - Principal	17d	(143.617)	(22.378)	-	-
Recebimento (Pagamentos) de empréstimos com partes relacionadas	17d	409	702	11.048	77.161
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos		(86.011)	-	(86.011)	-
Pagamento de passivos de arrendamentos	17d	(10.261)	(9.794)	-	-
Fluxo de caixa líquido provenientes das (utilizado nas) atividades de financiamento		(49.382)	254.309	(74.963)	77.161
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		(42.563)	97.072	15	(3.588)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		158.552	62.164	18	3.606
Efeito da variação cambial sobre o caixa e equivalentes de caixa		(1.354)	(684)	-	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		114.635	158.552	33	18
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		(42.563)	97.072	15	(3.588)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

(*) O valor de R\$ 1.213 de aquisições de imobilizado não liquidadas em fornecedores não tiveram efeito caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Vulcabras S.A.

Demonstrações do valor adicionado

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Receitas	2.202.657	1.341.725	761	1.178
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	2.101.650	1.338.711	-	-
Outras receitas e despesas	89.078	12.607	761	1.178
Perdas esperadas para crédito de liquidação duvidosa	11.929	(9.593)	-	-
Insumos adquiridos de terceiros	(1.012.023)	(663.173)	(6.237)	(5.396)
Matérias-primas consumidas	(471.218)	(347.752)	-	-
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(301.267)	(100.629)	-	-
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(239.543)	(214.766)	(6.237)	(5.396)
Perda/recuperação de valores ativos	5	(26)	-	-
Valor adicionado bruto	1.190.634	678.552	(5.476)	(4.218)
Retenções	(73.192)	(75.948)	(183)	(408)
Depreciação e amortização	(73.192)	(75.948)	(183)	(408)
Valor adicionado líquido gerado pela Companhia	1.117.442	602.604	(5.659)	(4.626)
Valor adicionado recebido em transferência	96.692	48.408	330.500	39.211
Resultado de equivalência patrimonial	3.072	(2.047)	317.491	33.319
Receitas financeiras	88.023	46.345	7.952	872
Outras	5.597	4.110	5.057	5.020
Valor adicionado total a distribuir	1.214.134	651.012	324.841	34.585
Distribuição do valor adicionado	1.214.134	651.012	324.841	34.585
Pessoal	537.376	394.501	705	829
Remuneração direta	355.393	265.467	-	-
Benefícios	67.823	52.118	-	-
FGTS	28.486	22.241	-	-
Comissões sobre vendas	71.764	43.698	-	-
Honorários da diretoria	13.910	10.977	705	829
Impostos, taxas e contribuições	294.236	185.562	1.533	1.399
Federais	252.098	154.269	1.222	1.084
Estaduais	41.244	30.303	-	-
Municipais	894	990	311	315
Remuneração de capitais de terceiros	68.683	39.395	8.772	767
Juros	66.833	38.474	8.773	765
Aluguéis	1.850	919	-	-
Outras	-	2	(1)	2
Remuneração de capitais próprios	313.839	31.554	313.831	31.590
Lucros retidos	313.831	31.590	313.831	31.590
Participações dos acionistas não controladores	8	(36)	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Vulcabras Azaleia S.A. é uma sociedade anônima de capital aberto, com sede em Jundiá - SP, Brasil. As operações fabris estão concentradas nas controladas localizadas no Nordeste, nos estados do Ceará e Bahia. Em 23 de abril de 2021 em Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária foi aprovada a alteração de sua razão social, passando a ser denominada de Vulcabras S.A. (“Companhia”).

A Companhia possui ainda investimentos em outras sociedades e tem como objetivo a comercialização e produção nos mercados internos e externos de produtos de vestuários, principalmente de artigos esportivos e calçados masculinos, femininos e profissionais, através de suas controladas diretas e indiretas:

- Vulcabras CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A. (antes Vulcabras Azaleia CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A.) (“Vulcabras CE”) - que possui as seguintes empresas subsidiárias:
- Vulcabras SP, Comércio de Artigos Esportivos Ltda. (antes Vulcabras Azaleia SP, Comércio de Artigos Esportivos Ltda.) (“Vulcabras SP”);
- Vulcabras Distribuidora de Artigos Esportivos Ltda. (“Vulcabras Distribuidora”);
- Distribuidora de Calçados e Artigos Esportivos Cruzeiro do Sul Ltda.;
- Vulcabras BA, Calçados e Artigos Esportivos S.A. (antes Vulcabras Azaleia BA, Calçados e Artigos Esportivos S.A.) (“Vulcabras BA”);
- Vulcabras Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.;
- Globalcyr S.A.;
- Calzados Azaléia Peru S.A.; e
- Running Comércio e Indústria de Artigos Esportivos Ltda.

As marcas administradas pelas sociedades compreendem:

- **Marcas próprias:** Azaléia, Dijean, Olk, Olympikus, Opanka e Vulcabras.
- **Marcas de terceiros:** Under Armour e Mizuno.

1.1 Eventos relevantes durante o exercício de 2021:

1.1.1 Impactos do Covid 19 (coronavírus)

Mesmo após mais de um ano e meio do início da pandemia de COVID-19, os efeitos das medidas de combate a pandemia ainda perduram e causam impactos à economia. Com o avanço da vacinação contra a Covid-19 em todas as regiões do país, houve uma reação positiva da economia e os efeitos dessa reação foram sentidos por quase todos os seguimentos econômicos. Apesar dos transtornos trazidos com o desarranjo entre as cadeias produtivas e a demanda de consumo ter sido mais fraca, o 4º trimestre de 2021 foi bastante positivo e a Companhia observou crescimento das vendas, o que demonstra uma assertiva estratégia de mercado, porém a Administração da Companhia segue acompanhando os desdobramentos relacionados à pandemia da COVID-19, observando com a devida atenção as orientações das autoridades Governamentais e mensurando os possíveis impactos nos seus negócios. Mesmo diante desse cenário de crise, a Companhia não vislumbra riscos à continuidade de seus negócios, tampouco às estimativas e julgamentos contábeis.

A Companhia vem adotando diversas medidas que visam à preservação da saúde de seus colaboradores, clientes, fornecedores e comunidade onde foram implementadas as seguintes medidas:

- (i) Constituição em março de 2020 de um Comitê de Crise para o gerenciamento dos planos de ação com o intuito de minimizar os impactos da COVID-19. Posteriormente, com a retomada das atividades e dos negócios, este grupo de trabalho passou a ser denominado como “Comitê de Oportunidades”.
- (ii) Contenção de despesas com pessoal: A Companhia iniciou o ano de 2021 com a operação plena das fábricas e de todas as demais áreas da Companhia, porém devido ao agravamento da pandemia e consequente fechamento do varejo na maior parte dos estados brasileiros, o que impossibilitou a continuidade das entregas dos produtos aos clientes, a Companhia antecipou férias para o decorrer da segunda quinzena do mês de abril que estavam previstas a serem concedidas ao longo do 2º semestre do ano 2021.
- (iii) O orçamento para 2021 foi elaborado com a visão otimista diante da robusta recuperação observada ao longo do 2º semestre de 2020, mas preparado para responder rapidamente as possíveis mudanças de cenários devido a possível agravamento da pandemia. Desta forma, já no 1º trimestre de 2021, diante do agravamento da pandemia, os orçamentos de “capex” e de “marketing” foram revisados, considerando uma redução nos investimentos e gastos.
- (iv) No ano de 2021 a Companhia liquidou R\$ 143,6 milhões do valor principal de sua dívida, em contrapartida contratou outros R\$ 190,1 milhões, o que resultou em um acréscimo líquido de R\$ 46,5 milhões, recursos utilizados na expansão do capital de giro, principalmente em estoques e contas a receber.

A Companhia ainda, considerando os Ofícios Circulares da CVM/SNC 02, 03/2020 e 01/2021, analisou os principais riscos e incertezas advindos pela Covid-19, frente às suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Abaixo elencamos as principais análises realizadas:

- **Caixa e equivalentes de caixa:** A Companhia não vê riscos relevantes, pois os valores continuam sendo mantidos em bancos de primeira linha (ver nota explicativa 28), com liquidez imediata e em aplicações com taxas pré-definidas.
- **Estoques:** A Companhia tem por política contábil o registro e apresentação de seu estoque pelo menor valor entre o custo médio de aquisição e o valor líquido de realização. Esta análise foi realizada na data base e o impacto apresentado na nota explicativa 7.
- **Contas a receber:** A Companhia mantém análise constante da movimentação do contas a receber para que, caso seja necessário, complemente a provisão para a perda esperada. Dada a capilaridade da distribuição de vendas e a política de crédito da Companhia, não há concentração de clientes nas vendas ou na carteira de recebíveis. A política da Companhia de mensuração de perda com clientes está descrita na nota explicativa 6c.
- **Empréstimos e financiamentos:** Desde os primeiros impactos da pandemia da COVID-19, a Companhia manteve sua disciplina financeira e buscou reforçar o caixa com aportes realizados junto a linhas de créditos, as quais se encontravam pré-aprovadas, priorizando operações incentivadas e com prazos alongados.
- **Ativo intangível:** Para os ativos intangíveis de maior relevância e suscetíveis a efeitos da crise do COVID-19, temos: o fundo de comércio de uma loja da marca Under Armour e o ágio pago na aquisição de participação societária. Estes dois ativos são testados anualmente, seja no confronto com os valores atuais de realização, no caso do fundo de comércio, ou na expectativa de rentabilidade futura das operações adquiridas no caso do ágio.
- Para o fundo de comércio a Companhia não julga que haja necessidade de novo ajuste no valor de acordo com a expectativa de recuperabilidade de tal ativo.
- Para o ágio pago na aquisição de participação societária, embora os efeitos da COVID-19 possam prejudicar os resultados futuros da Companhia, há sobra de valor suficiente para suportar a oscilação. Na análise do valor recuperável do ágio por expectativa de resultados futuros advindos de processos de combinação de negócios, realizada em 31 de dezembro de 2021, obteve-se um valor recuperável estimado superior ao seu valor contábil (ver nota 15c). Convém ressaltar que no ano de 2021 houve o licenciamento para a comercialização dos produtos com a marca Mizuno no Brasil e isso resultou em um sensível incremento de receitas para a Companhia. Ao comparar a receita projetada para o último ano projetado (2031) das projeções de 2022 e 2031 a Companhia observou que o crescimento da receita com CAGR (**Compound Annual Growth Rate** ou **taxa de crescimento anual**) da ordem de 6,8% tomando como período base a receita realizada no ano de 2021.

- Para o valor reconhecido em direito de uso no ativo, que é atrelado aos contratos de locação dos imóveis destinados principalmente as lojas de varejo das marcas da Companhia que operaram com restrições de abertura e de horário de funcionamento durante boa parte do 1º trimestre de 2021. Os impactos sofridos com o fechamento das lojas já foram registrados ao longo do 1º semestre de 2021, com a flexibilização das medidas restritivas o funcionamento das mesmas foi normalizado. É esperado que os efeitos desta pandemia de COVID-19 ainda sejam sentidos por muitos meses, mas a Administração entende que os maiores impactos tenham ocorrido de abril à junho de 2020.

Diante do cenário atual a Companhia está segura de sua solidez, sabendo que ainda há muitos desafios pela frente em relação ao consumo e a retomada do cenário macroeconômico. Embora ainda seja muito difícil prever o que irá acontecer, a Companhia tem a convicção de que a força de suas marcas aliada a flexibilidade de seu modelo de negócio, será o diferencial competitivo que a conduzirá a superar rapidamente essa crise.

1.1.2 Operação mizuno

Em setembro de 2020 a Companhia anunciou ao mercado que havia assinado um contrato de compra e venda com a Alpargatas S.A. para a aquisição da operação da marca Mizuno no Brasil.

Em 29 de janeiro de 2021, ocorreu a primeira etapa do fechamento da operação envolvendo a assunção, pelas suas subsidiárias Vulcabras CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A. e Vulcabras Distribuidora de Artigos Esportivos Ltda., das operações da marca Mizuno no Brasil, nos termos dos contratos firmados com Alpargatas S.A. e Mizuno Kabushiki Kaisha d/b/a Mizuno Corporation.

Em comum acordo, com o objetivo de propiciar uma transição mais eficiente da Operação e evitar qualquer interrupção, as partes firmaram um termo de fechamento em 29 de janeiro de 2021 para estabelecer que a conclusão da Operação ocorreu em 2 (duas) etapas:

- (i) 1ª Etapa: Em 29 de janeiro de 2021, foram efetuados (a) a transferência da totalidade das quotas detidas pela Alpargatas na empresa Wave Comércio e Indústria de Artigos Esportivos. Ltda., que detinha os ativos (substancialmente estoques) e empregados da Operação que não sejam relativos às lojas Mizuno, (b) a assunção pelas Subsidiárias da relação contratual com Mizuno Corporation, e (c) os demais atos do fechamento da operação conforme originalmente previsto no contrato, exceto os atos de transferência da operação de e-commerce e das lojas da marca;

2ª Etapa: Em 15 de março de 2021 a Companhia assumiu os ativos Mizuno relativos à operação de *e-commerce*, porém a transferência dos ativos das lojas foi postergada para até 30 de junho de 2021. Em 30 de junho de 2021, houve o encerramento da operação com a transferência pela Alpargatas à Companhia da totalidade da participação societária por ela detida na empresa Running Comércio e Indústria de Artigos Esportivos Ltda. constituída para a transferência dos ativos e funcionários relativos às lojas Mizuno. A Companhia realizou o teste de concentração de ativos e de processos substantivos de acordo com o CPC 15 (IFRS 3) e identificou que a operação tratou-se de uma aquisição de ativos e assim contabilizou. O valor total da operação foi de R\$ 46.939 mil, sendo R\$ 37.273 mil de valor líquido desembolsado, pela aquisição dos ativos envolvidos na operação, essencialmente compostos, por estoques e ativos imobilizados, os ganhos incorridos na liquidação de relação pré-existente estão divulgados na nota 25.

A partir de 29 de janeiro de 2021, passou a vigorar o Master Distributor and License Agreement firmado entre a Companhia e a Mizuno Corporation, através do qual a Companhia irá (i) desenvolver e produzir produtos da marca “Mizuno“, incluindo calçados, vestuários e acessórios, e (ii) distribuir em território nacional os produtos da marca “Mizuno”, até dezembro de 2033.

A Mizuno é uma marca com presença mundial, com forte reconhecimento na categoria de *running*, com amplo portfólio de produtos de alta performance para todos os níveis de atletas. Dentro da estratégia da Vulcabras os produtos Mizuno complementarão o portfolio de produtos da Companhia, se posicionando no topo da pirâmide de preços, atingindo públicos específicos que as outras marcas não atingem.

1.1.3 Abertura de novo centro de distribuição

Na segunda quinzena de março de 2021, a Companhia iniciou a operação do e-commerce da Mizuno, já a partir do novo Centro de Distribuição nas investidas Vulcabras SP, Comércio de Artigos Esportivos Ltda. e Vulcabras Distribuidora de Artigos Esportivos Ltda. localizados na cidade de Extrema, Estado de Minas Gerais, consolidando a operação logística do DTC (*Direct to Consumer*) e a distribuição dos produtos comprados de terceiros (importados e nacionais) das três marcas (Olympikus, Under Armour e Mizuno) trazendo assim mais eficiência e melhores níveis de serviço para o negócio.

1.1.4 Cisão Parcial Running Comércio e Indústria de Artigos Esportivos Ltda.

Em 31 de agosto de 2021 aconteceu a cisão parcial da controlada Running Comércio e Indústria de Artigos Esportivos Ltda. (cindida) e posterior incorporação pela controlada Vulcabras CE, Calçados e Artigos Esportivos S.a. (cidenda) após aprovação em Assembleia Geral Extraordinária ("AGE"), o acervo líquido transferido está demonstrado abaixo:

Em milhares de Reais	RS
Ativo circulante	55.560
Passivo circulante	<u>(1.990)</u>
Acervo líquido cindido	<u>53.570</u>

1.2 Relação de entidades controladas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as informações da Companhia e suas controladas diretas e indiretas, a seguir relacionadas, cuja participação percentual na data do balanço é assim resumida:

	País	% Participação direta		% Participação indireta		% Participação total	
		2021	2020	2021	2020	2021	2020
Vulcabras CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A.	Brasil	99,99	99,99	-	-	99,99	99,99
Vulcabras SP, Comércio de Artigos Esportivos Ltda.	Brasil	-	-	100	100	100	100
Vulcabras Distribuidora de Artigos Esportivos Ltda.	Brasil	0,14	0,22	99,86	99,78	100	100
Distribuidora de Calçados e Artigos Esportivos Cruzeiro do Sul Ltda.	Brasil	-	-	100	100	100	100
Globalcyr S.A.	Uruguai	1,55	1,55	98,45	98,45	100	100
Vulcabras BA, Calçados e Artigos Esportivos S.A.	Brasil	-	-	99,99	99,99	99,99	99,99
Calzados Azaleia de Colômbia Ltda. (*)	Colombia	-	-	-	100	-	100
Calzados Azaleia Peru S.A.	Peru	-	-	99,11	99,11	99,11	99,11
Vulcabras Empreendimento Imobiliário SPE Ltda	Brasil	100	-	-	-	100	-
Running Comércio e Indústria de Artigos Esportivos Ltda (*)	Brasil	-	-	100	-	100	-

(*) Em agosto de 2021 foi aprovada a cisão parcial da Running Comércio e Indústria de Artigos Esportivos Ltda e posterior incorporação pela controlada Vulcabras CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A e em dezembro de 2021 a Calzados Azaleia de Colômbia Ltda. encerrou suas operações.

a. Características principais das sociedades controladas incluídas na consolidação

Vulcabras CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A.

A Vulcabras CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A. é a sociedade responsável pela produção e desenvolvimento de calçados esportivos. Tendo como objeto social a indústria, o comércio, a importação e exportação em geral de calçados e artigos esportivos.

Vulcabras SP, Comércio de Artigos Esportivos Ltda.

A Vulcabras SP, Comércio de Artigos Esportivos Ltda. é responsável pela comercialização e distribuição de calçados, vestuários e acessórios esportivos.

Vulcabras Distribuidora de Artigos Esportivos Ltda.

A Vulcabras Distribuidora de Artigos Esportivos Ltda. é responsável pela comercialização e distribuição de calçados e confecções, esportivos.

Distribuidora de Calçados e Artigos Esportivos Cruzeiro do Sul Ltda.

A Distribuidora de Calçados e Artigos Esportivos Cruzeiro do Sul Ltda., tem por objetivo a comercialização e distribuição de calçados e confecções esportivas e botas de uso profissional.

Globalcyr S.A.

A Globalcyr S.A. tem como objetivo social o comércio e a distribuição de calçados. Atualmente encontra-se com as suas operações paralisadas.

Vulcabras BA, Calçados e Artigos Esportivos S.A.

A Vulcabras BA, Calçados e Artigos Esportivos S.A. é uma indústria brasileira de calçados, tem por objetivo principal a industrialização, comercialização, importação e exportação de calçados esportivos, calçados femininos e botas para uso profissional.

Calzados Azaleia Peru S.A.

A Calzados Azaleia Peru S.A. é responsável pela importação e comercialização de calçados e artigos esportivos e calçados femininos no mercado peruano.

Calzados Azaleia de Colômbia Ltda.

A Calzados Azaleia de Colômbia Ltda. é responsável pela importação e comercialização de calçados e artigos esportivos e calçados femininos no mercado colombiano. Em dezembro de 2021 encerrou suas operações.

Wave Comércio e Indústria de Artigos Esportivos Ltda.

A Wave Comércio e Indústria de Artigos Esportivos Ltda. é responsável pela representação comercial para comércio de calçados, vestuários e artigos esportivos, por conta própria ou de terceiros. Em agosto de 2021 foi aprovada a incorporação da Wave Comércio e Indústria de Artigos Esportivos Ltda. por sua controladora Vulcabras CE.

Running Comércio e Indústria de Artigos Esportivos Ltda.

A Running Comércio e Indústria de Artigos Esportivos Ltda. é responsável pela comercialização de calçados, vestuários e acessórios esportivos com a marca Mizuno.

Vulcabras Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.

A Vulcabras Empreendimento imobiliário SPE Ltda., é uma Sociedade que tem por objeto social específico o planejamento, promoção, incorporação imobiliária e comercialização de empreendimento imobiliário, a ser desenvolvido no imóvel localizado na Cidade de Jundiaí, Estado de São Paulo.

2 Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi dada pelo Conselho de Administração em 08 de março de 2022.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. As demonstrações financeiras apresentadas em Reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. As empresas no exterior tem como moeda funcional o Dólar e o Peso Colombiano e foi realizada a conversão de balanços para a apresentação em real.

2.2 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a. *Julgamentos*

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 3.1.b** - equivalência patrimonial em investidas: determinação se a Companhia tem influência significativa sobre uma investida;
- **Nota explicativa 3.1.e** - consolidação: determinação se a Companhia detém de fato controle sobre uma investida;
- **Nota explicativa 18** - Prazo de arrendamento: se a Companhia e suas controladas têm razoavelmente certeza de exercer opções de prorrogação.

b. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2021 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 6** – Contas a receber: mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber;
- **Nota explicativa 7** - Estoques: reconhecimento de perdas com estoques sem movimentação;
- **Nota explicativa 15** - Teste de redução ao valor recuperável de ativos não financeiros, principais premissas em relação aos valores recuperáveis;
- **Nota explicativa 19** - Reconhecimento e mensuração de provisões e provisão para processos judiciais: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

2.3 Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia e de suas controladas requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros.

A Companhia e suas controladas estabeleceram uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo.

A Administração revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a Administração analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos das normas CPC/IFRS, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia e suas controladas usam dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- **Nível 2:** *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Companhia e suas controladas reconhecem as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 28** - instrumentos financeiros.

2.4 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos títulos de dívida a VJORA que são mensurados pelo valor justo e ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e outros passivos financeiros mensurados a valor justo

3 Principais políticas contábeis

A Companhia e suas controladas aplicaram as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicação ao contrário.

3.1 Base de consolidação

a. *Combinação de negócios*

Combinações de negócio são registradas utilizando o método de aquisição quando o conjunto de atividades e ativos adquiridos atende à definição de um negócio e o controle é transferido para a Companhia e suas controladas. Ao determinar se um conjunto de atividades e ativos é um negócio, a Companhia avalia se o conjunto de ativos e atividades adquiridos inclui, no mínimo, um *input* e um processo substantivo que juntos contribuam, significativamente, para a capacidade de gerar *output*.

A Companhia tem a opção de aplicar um "teste de concentração" que permite uma avaliação simplificada se um conjunto de atividades e ativos adquiridos não é um negócio. O teste de concentração opcional é atendido se, substancialmente, todo o valor justo dos ativos brutos adquiridos estiver concentrado em um único ativo identificável ou grupo de ativos identificáveis similares.

A contraprestação transferida é geralmente mensurada ao valor justo, assim como os ativos líquidos identificáveis adquiridos. Qualquer ágio que surja na transação é testado anualmente para avaliação de perda por redução ao valor recuperável. Ganhos em uma compra vantajosa são reconhecidos imediatamente no resultado. Os custos da transação são registrados no resultado conforme incorridos, exceto os custos relacionados à emissão de instrumentos de dívida ou patrimônio.

A contraprestação transferida não inclui montantes referentes ao pagamento de relações pré-existentes. Esses montantes são geralmente reconhecidos no resultado do exercício.

Qualquer contraprestação contingente a pagar é mensurada pelo seu valor justo na data de aquisição. Se a contraprestação contingente é classificada como instrumento patrimonial, então ela não é remensurada e a liquidação é registrada dentro do patrimônio líquido. As demais contraprestações contingentes são remensuradas ao valor justo em cada data de relatório e as alterações subsequentes ao valor justo são registradas no resultado do exercício.

b. *Controladas*

A Companhia controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obteve o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

c. Participação de acionistas não-controladores

A Companhia e suas controladas elegeram mensurar qualquer participação de não-controladores inicialmente pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis da adquirida na data de aquisição.

Mudanças na participação da Companhia em uma subsidiária que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido.

d. Perda de controle

Quando a entidade perde o controle sobre uma controlada, a Companhia desreconhece os ativos e passivos e qualquer participação de não-controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se a Companhia retém qualquer participação na antiga controlada, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle.

e. Investimentos em entidades contabilizados pelo método de equivalência patrimonial

Os investimentos da Companhia em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em coligadas.

As coligadas são aquelas entidades nas quais a Companhia, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle ou controle conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais.

Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação da Companhia no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, investimentos em controladas também são contabilizados com o uso desse método.

f. Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intra-grupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intra-grupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

3.2 Conversão de saldos em moeda estrangeira

(i) Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades da Companhia e suas controladas pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

(ii) Operações no exterior

Os ativos e passivos de operações no exterior, incluindo ágio e ajustes de valor justo resultantes da aquisição, são convertidos para o Real às taxas de câmbio apuradas na data do balanço. As receitas e despesas de operações no exterior são convertidas para o Real às taxas de câmbio apuradas nas datas das transações.

As diferenças de moedas estrangeiras geradas na conversão para moeda de apresentação são reconhecidas em outros resultados abrangentes e acumuladas em ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido. Se a controlada não for uma controlada integral, a parcela correspondente da diferença de conversão é atribuída aos acionistas não controladores.

Quando uma entidade no exterior é baixada na totalidade ou parcialmente, de forma a perder o controle, influência significativa ou controle conjunto, o montante acumulado de variações cambiais relacionadas a essa entidade no exterior é reclassificado para o resultado como parte do ganho ou perda na baixa.

3.3 Receita de contrato com cliente

A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. A Companhia e suas controladas reconhecem a receita quando transferem o controle sobre o produto ao cliente. Nesse contexto a receita é reconhecida quando os produtos são entregues e aceitos pelos clientes em suas instalações.

Para vendas nas quais são permitidas devoluções de mercadorias, a receita é reconhecida na medida em que seja altamente provável que uma reversão significativa no valor da receita acumulada reconhecida não ocorrerá.

Portanto, o valor da receita reconhecida é ajustado para as devoluções esperadas, que são estimadas com base nos dados históricos para tipos específicos de devoluções.

3.4 Benefícios a empregados

a. Benefícios de curto prazo à empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia e suas controladas tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

b. Acordo para pagamento baseado em ações

O valor justo na data de outorga dos acordos de pagamento baseado em ações concedidos aos empregados é reconhecido como despesas de pessoal, com um correspondente aumento no patrimônio líquido, durante o período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito aos prêmios. O valor reconhecido como despesa é ajustado para refletir o número de prêmios para o qual existe a expectativa de que as condições de serviço e de desempenho serão atendidas, de tal forma que o valor final reconhecido como despesa seja baseado no número de prêmios que efetivamente atendam às condições de serviço e de desempenho na data de aquisição (*vesting date*). Para os prêmios de pagamento baseado em ações que não contenham condições de aquisição (*non-vesting conditions*), o valor justo na data de outorga dos prêmios de pagamento baseado em ações é mensurado para refletir tais condições e não são efetuados ajustes posteriores para as diferenças entre os resultados esperados e os reais.

O valor justo do montante a pagar aos empregados com relação aos direitos sobre a valorização das ações, que são liquidados em caixa, é reconhecido como despesa com um correspondente aumento no passivo durante o período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito ao pagamento. O passivo é remensurado a cada data de balanço e na data de liquidação, baseado no valor justo dos direitos sobre valorização das ações. Quaisquer mudanças no valor justo do passivo são reconhecidas no resultado como despesas de pessoal.

3.5 Subvenção governamental

As subvenções e assistências governamentais são reconhecidas quando há razoável segurança de que foram cumpridas as condições estabelecidas pelos órgãos governamentais. São registradas como deduções da receita no resultado durante o exercício necessário para confrontar com a despesa que a subvenção ou assistência governamental pretende compensar.

3.6 Receitas e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras compreendem:

- Receita de juros;
- Despesa de juros;
- Ganhos/perdas líquidos de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado;
- Variações cambiais sobre ativos e passivos financeiros.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos.

A "taxa de juros efetiva" é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao:

- Valor contábil bruto do ativo financeiro; ou
- Ao custo amortizado do passivo financeiro.

No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo. No entanto, a receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto.

3.7 Impostos

a. Impostos sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto:

- Quando o valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar são incluídos nos valores a receber e a pagar no balanço patrimonial.

As receitas de mercadorias, na modalidade não cumulativa, são tributadas às alíquotas de 1,65% e 7,60% para o PIS e a COFINS, respectivamente, pelo ICMS às alíquotas vigentes em cada estado e alíquota de 1,5% de contribuição previdenciária.

b. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(i) Corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(ii) Diferido

Imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças geradas entre os ativos e passivos reconhecidos para fins fiscais e correspondentes valores reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas.

A Companhia reconhece também o IRPJ e CSLL diferido sobre os prejuízos fiscais e base negativa da CSLL, cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis.

Entretanto, o imposto de renda e contribuição social diferidos não são reconhecidos se forem gerados no registro inicial de ativos e passivos em operações que não afetam as bases tributárias, exceto em operações de combinação de negócios. Imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados considerando as taxas (e leis) vigentes na data de preparação das demonstrações financeiras consolidadas e aplicáveis quando o respectivo imposto de renda e contribuição social forem realizados.

Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e prejuízos fiscais possam ser compensados.

3.8 Estoques

Os estoques são avaliados com base no custo histórico de aquisição e produção, ou pelo valor realizável líquido, dos dois o menor. O custo dos estoques é atribuído pelo uso do critério do custo médio ponderado e inclui todos os custos de aquisição e de transformação, bem como outros custos incorridos para trazer os estoques à sua condição e localização atuais.

No caso de produtos industrializados, em processo e acabados, o estoque inclui os gastos gerais de fabricação com base na capacidade normal de produção.

Valor realizável líquido é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios deduzido dos custos estimados para sua conclusão e dos gastos estimados necessários para se concretizar a venda. As perdas estimadas com estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

3.9 Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

O imobilizado é demonstrado pelo custo histórico deduzido das respectivas depreciações e perdas por desvalorização, se aplicável.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui:

- O custo de materiais e mão de obra direta;
- Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração;
- Os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados; e
- Custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa quando incorrido. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são mensurados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício.

O *software* comprado que venha a ser parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

(iii) Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil estimada de cada componente, com base nas taxas mencionadas na Nota 14. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja certo que a Companhia e suas controladas obterão a propriedade do bem ao final do arrendamento. Terrenos não são depreciados.

3.10 Ativo intangível e ágio

(i) Ágio

O ágio é mensurado pelo custo, deduzido das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

(ii) Pesquisa e desenvolvimento

Gastos com atividades de pesquisa são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Os gastos com desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto ou processo for tecnicamente e comercialmente viável, se os benefícios econômicos futuros forem prováveis, e se a Companhia e suas controladas tiverem a intenção e recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo.

Os demais gastos com desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Após o reconhecimento inicial, os gastos com desenvolvimento capitalizados são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável.

(iii) Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e suas controladas e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

(iv) Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas e patentes, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(v) **Amortização**

A vida útil dos ativos intangíveis é avaliada como definida ou indefinida. O custo do ativo intangível adquirido em uma combinação de negócio é o valor justo na data de aquisição.

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados e tem o seu valor recuperável testado, anualmente. Os ativos intangíveis que possuem vida útil definida são amortizados considerando a sua vida útil.

A vida útil estimada é revisada ao final de cada exercício. A despesa de amortização dos ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado, na rubrica de despesa consistente com a funcionalidade do ativo intangível.

3.11 Instrumentos financeiros

(i) **Reconhecimento e mensuração**

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia e suas controladas se tornarem parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR (Valor justo por meio do resultado), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) **Classificação e mensuração subsequente**

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo Amortizado, ao VJORA (Valor justo por meio de outros resultados abrangentes) - instrumento de dívida, ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ativos financeiros a VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia e suas controladas mudem o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia e suas controladas podem optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA (Outros resultados abrangentes). Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR.

Ativos financeiros – Avaliação do modelo de negócios

A Companhia e suas controladas realizam uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia e suas controladas;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

Ativos financeiros – Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

- **Ativos financeiros a VJR** - Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.
- **Ativos financeiros a custo amortizado** - Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
- **Instrumentos de dívida a VJORA** - Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.

Passivos financeiros - Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial.

Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando:

- Os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram; ou
- Transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação em que:
- Substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos; ou
- A Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos

Passivos financeiros

A Companhia e suas controladas desreconhecem um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia e suas controladas também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia e suas controladas tenham atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.12 Capital social

Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

3.13 Redução ao valor recuperável (*impairment*)

(i) Ativos financeiros não derivativos

A Companhia e suas controladas reconhecem provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

A Companhia e suas controladas mensuram a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia e suas controladas consideram informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica, na avaliação de crédito e considera informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia e suas controladas presumem que um ativo financeiro aumentou significativamente se esse:

- É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- O ativo financeiro estiver vencido há mais de 90 dias.

Em cada data de reporte, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado, estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- Dificuldades financeiras significativas do devedor;
- Inadimplência ou atraso de mais de 90 dias;
- Reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira ou recuperação judicial; ou
- O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

(ii) Ativos não financeiros

Em cada data de reporte, a Companhia e suas controladas revisam os valores contábeis de seus ativos não financeiros para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio, o valor recuperável é testado anualmente.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

3.14 Provisões

As provisões são reconhecidas conforme estabelecido pelo CPC 25 (IAS 37), quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de um acontecimento passado, é provável que uma saída de recursos, envolvendo benefícios econômicos seja necessário para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita do montante dessa obrigação. Se o efeito do valor temporal do dinheiro for material, as provisões são descontadas utilizando-se a taxa corrente que reflita, quando apropriado, os riscos específicos para o passivo. Quando o desconto é efetuado, o aumento na provisão devido à passagem do tempo é reconhecido como um custo financeiro.

3.15 Arrendamentos

No início de um contrato, a Companhia e suas controladas avaliam se um contrato é ou contém um arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

(i) Como arrendatário

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia e suas controladas alocam a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a Companhia e suas controladas optaram por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente.

A Companhia e suas controladas reconhecem um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia e suas controladas.

A Companhia e suas controladas determinam sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

- Pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência;
- Pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início;
- Valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e
- O preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia e suas controladas alterarem sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

A Companhia e suas controladas apresentam ativos de direito de uso que não atendem à definição de propriedade para investimento em "ativo imobilizado" e passivos de arrendamento em "empréstimos e financiamentos" no balanço patrimonial.

Arrendamentos de ativos de baixo valor

A Companhia e suas controladas optaram por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de TI. A Companhia e suas controladas reconhecem os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

3.16 Demonstrações do valor adicionado

A Companhia elaborou a demonstração individual do valor adicionado (DVA) nos termos do CPC 09, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BRGAAP, aplicável às companhias abertas. A demonstração consolidada do valor adicionado não é requerida pelas normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB e está sendo apresentada como informação suplementar.

3.17 Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia e suas controladas têm acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (non-performance).

Uma série de políticas contábeis e divulgações da Companhia e suas controladas requerem a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros (veja nota explicativa 2.2(b)).

Quando disponível a Companhia e suas controladas mensuram o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como "ativo" se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia e suas controladas utilizam técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia e suas controladas mensuram ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Companhia e suas controladas determinarem que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

3.18 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

- **Contratos onerosos** - Custos para cumprir um contrato (alteração ao CPC 25/IAS 37), com entrada em vigor prevista para 01 de janeiro de 2022.
- Impostos diferidos relacionados a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alteração ao CPC 32/IAS 12), com entrada em vigor prevista para 01 de janeiro de 2023.
- Concessões de aluguel relacionados à COVID-19 (alteração ao CPC 06/ IFRS16), com entrada em vigor prevista para 01 de julho de 2021.
- Revisão anual das normas IFRS 2018-2020.
- **Imobilizado:** Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27/IAS 16), com entrada em vigor prevista para 01 de janeiro de 2022.
- Referência à estrutura conceitual (alterações ao CPC 15/IFRS 3)
- Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (alterações ao CPC 26/IAS 1), com entrada em vigor prevista para 01 de janeiro de 2023.
- IFRS 17 Contratos de seguros.
- Divulgação de políticas contábeis (alteração ao CPC 26/IAS 1 e IFRS Practice Statement 2)
- Definição de estimativas contábeis (alteração ao CPC 23/IAS 8).

4 Caixa e equivalentes de caixa

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Conta corrente	4.760	2.197	5	3
CDB pós fixados (Invest Fácil)	2.751	10.183	28	15
CDB pós fixados	101.465	133.494	-	-
Fundos de investimentos	713	-	-	-
Caixa e equivalentes de caixa no exterior	4.946	12.678	-	-
	114.635	158.552	33	18

O saldo de conta corrente, é representado por depósitos bancários, sem a incidência de juros.

As aplicações financeiras classificadas como equivalentes de caixa, estão representadas por investimentos de curto prazo, possuem liquidez diária, podendo ser resgatadas a qualquer momento, independente do seu vencimento, sem perdas de seus rendimentos.

As aplicações que remuneram o saldo de conta corrente (Invest Fácil e Fundos de Investimentos) são realizadas automaticamente, conforme disponibilidade de saldo bancário e os resgates ocorrem conforme necessidades imediatas do caixa da Companhia e de suas controladas. A rentabilidade é de 5% a 40% do CDI - Certificado de Depósito Interbancário, em 31 de dezembro de 2021 (de 10% a 40% do CDI - Certificado de Depósito Interbancário em 31 de dezembro de 2020).

Os CDBs pós fixados (Certificado de Depósito Bancário), são remunerados de 98,0% a 100,50% do CDI em 31 de dezembro de 2021 (de 97,0% a 101,25% do CDI em 31 de dezembro de 2020). Vide nota explicativa 28 sobre a exposição de risco de crédito.

5 Aplicações financeiras

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Aplicações financeiras no país:				
CDB pós-fixados (*)	5.005	85.784	-	80.949
Fundos de investimentos – renda fixa	4.413	4.301	2	2
Fundo de investimento em ações	894	458	-	-
	10.312	90.543	2	80.951
Circulante	-	80.949	-	80.949
Não circulante	10.312	9.594	2	2

(*) A redução é decorrente do resgate da aplicação para pagamento de dividendos intercalares aprovado em ATA de 08 de setembro de 2021.

Os CDBs pós fixados (Certificado de Depósito Bancário) não possuem liquidez, pois estão vinculados às garantias em contratos de financiamento (BNB) e são remunerados a 98,0% do CDI (98,0% do CDI em 31 de dezembro de 2020).

As aplicações em fundos de investimentos de renda fixa no valor de R\$ 4.413 (R\$ 4.301 em 31 de dezembro de 2020) remuneraram de 28% a 46% do CDI em 31 de dezembro de 2021 (de 70% a 120,5% do CDI em 31 de dezembro de 2020), não possuem liquidez, pois estão vinculadas às garantias em contratos de financiamento (BNB).

Os fundos de investimentos em ações no valor de R\$ 894 (R\$ 458 em 31 de dezembro de 2020) são ativos financeiros avaliados ao valor justo por meio de outros resultados abrangente. As ações foram valorizadas de acordo com a cotação da B3, na data dessas demonstrações financeiras.

6 Contas a receber de clientes

a. Composição dos saldos

	<u>Consolidado</u>	
	31/12/2021	31/12/2020
Contas a receber		
No país:		
Clientes	629.540	594.927
No exterior:		
Clientes	<u>25.440</u>	<u>29.706</u>
Subtotal do contas a receber de clientes	<u>654.980</u>	<u>624.633</u>
Perdas por redução ao valor recuperável	<u>(35.074)</u>	<u>(50.529)</u>
Total do contas a receber de clientes, líquido	<u><u>619.906</u></u>	<u><u>574.104</u></u>
Circulante	616.275	574.104
Não circulante	3.631	-

b. Por vencimento

	<u>Consolidado</u>	
	31/12/2021	31/12/2020
A vencer		
1 a 30 dias	194.604	143.662
31 a 60 dias	191.466	171.540
61 a 90 dias	138.199	123.248
Acima de 90 dias	<u>90.996</u>	<u>140.547</u>
	<u>615.265</u>	<u>578.997</u>
Vencidos		
1 a 30 dias	5.129	5.250
31 a 60 dias	578	616
61 a 90 dias	624	454
Acima de 90 dias	<u>33.384</u>	<u>39.316</u>
	<u>39.715</u>	<u>45.636</u>
	<u><u>654.980</u></u>	<u><u>624.633</u></u>

A exposição da Companhia e suas controladas ao risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente. Contudo, a Administração também considera os fatores que podem influenciar o risco de crédito de sua base de clientes, incluindo o risco de não pagamento da indústria, comércio e do país do qual o cliente opera.

Detalhes sobre vendas brutas no mercado externo e interno estão divulgados na nota explicativa 21. A Administração entende que o montante que melhor representa sua exposição máxima ao risco de crédito no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 35.074 (R\$ 50.529 em 31 de dezembro de 2020) que decorre dos critérios descritos no item (c).

c. Critérios de mensuração das perdas com clientes (*impairment*)

A análise de concessão de crédito para os clientes é feita quando da realização do cadastro do mesmo no sistema da Companhia e de suas controladas, para o qual existe a exigência de toda a documentação necessária, inclusive demonstrativos financeiros e referências comerciais. É reavaliado o limite de crédito a cada entrada de novos pedidos, em virtude da sazonalidade do mercado financeiro.

Além da análise individual de cada cliente em atraso, a Companhia e suas controladas utilizam uma matriz de provisão para calcular a perda esperada com contas a receber. As taxas de provisão aplicadas são baseadas em dias de atraso para agrupamentos de segmentos de clientes que apresentam padrões de perda semelhantes como, por exemplo, por região geográfica, linha de produto ou tipo de cliente, risco de crédito, entre outros.

A matriz de provisão baseia-se inicialmente nas taxas de perdas histórica observadas pela Companhia e suas controladas. A Companhia e suas controladas revisam a matriz de forma prospectiva para ajustá-la de acordo com a experiência histórica de perdas. Por exemplo, se há expectativa de deterioração de condições econômicas previstas para o próximo ano, o que pode levar a um aumento na inadimplência, as taxas de perda esperadas são ajustadas, quando julgado necessário. Em todas as datas de fechamento contábil, as taxas de perda são atualizadas e a necessidade de mudanças nas estimativas prospectivas é avaliada.

O critério utilizado para a constituição de perdas para redução ao valor recuperável é o mesmo para a carteira de clientes mercado interno e externo.

A Companhia e suas controladas fazem análise individual de cada cliente. Para clientes em situação de recuperação judicial (RJ), a Companhia tem política de provisionar para perda esperada o montante de 40% do saldo em aberto para os clientes com perfil de reestruturação financeira e para os que não têm o mesmo perfil é aplicado 100% sobre o saldo em aberto.

d. Movimentação da provisão para redução ao valor recuperável

A movimentação da provisão para redução ao valor recuperável, no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, está demonstrada a seguir:

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Saldo inicial	(50.529)	(42.078)
Complemento de provisão (*)	(4.831)	(21.410)
Estorno para cessão de crédito (**)	8.604	-
Baixas	3.526	1.142
Recuperação de provisões	8.156	11.817
Saldo final	(35.074)	(50.529)

- (*) No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 a Companhia em comparação com o exercício de 2020 teve uma redução no complemento de provisão, isso se deu pelo incremento no ano de 2020 em virtude da inadimplência esperada decorrentes da pandemia.
- (**) Em 30 de junho de 2021 a Companhia realizou operação de cessões de crédito com títulos já provisionados para perdas que estavam em situação de recuperação judicial, sem impacto no resultado em virtude da reversão da provisão de perdas esperadas de crédito e descontos financeiros da operação.

Dada a capilaridade da distribuição de vendas e a política de crédito da Companhia, a concentração de clientes nas vendas ou na carteira de recebíveis é menor que 10%. De tal forma que, ao encerramento do exercício em 31 de dezembro de 2021, não houve alteração significativa na participação ou concentração nos principais clientes advinda dos efeitos da pandemia de COVID-19 (ver nota 1.1.1).

A exposição da Companhia e de suas controladas aos riscos de crédito e moeda e perdas por redução no valor recuperável relacionadas a contas a receber de clientes e a outras contas, são divulgadas na nota 28.

7 Estoques

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Produtos acabados	113.212	28.418
Mercadoria para revenda	178.131	95.142
Produtos em elaboração	42.862	28.139
Matérias primas	105.311	67.242
Material de embalagem e almoxarifado	24.283	20.865
Mercadorias em trânsito	22.148	15.269
Importações em andamento	5.456	1.849
Outros	2.094	-
	493.497	256.924

O aumento significativo deve-se ao incremento nas vendas, entrada de uma nova marca e estoques de segurança em matéria-prima.

a. Critérios de mensuração da provisão (impairment)

As controladas da Companhia, com base em análise histórica e estimativa de perdas, constituem provisão para perdas na realização dos estoques. Nos estoques de matérias primas e produtos em elaboração foi provisionada a totalidade dos itens sem movimentação há mais de 180 dias. Nos estoques de produtos acabados e mercadorias para revenda foram avaliados todos os itens e provisionadas as potenciais perdas frente às perspectivas de venda de cada um deles, efetuando a provisão de 100% dos itens que apresentaram margem de contribuição negativa.

Em 31 de dezembro de 2021, a provisão para perdas de produtos acabados e vendas é de R\$ 8.904 (R\$ 6.578 em 31 de dezembro de 2020), a provisão para perdas sobre matérias-primas é de R\$ 16.368 (R\$ 21.197 em 31 de dezembro de 2020) e a provisão para perdas de produtos em elaboração é de R\$ 3.252 (R\$ 3.908 em 31 de dezembro de 2020).

O valor de matéria-prima, mão de obra e custos indiretos de fabricação utilizados na composição dos custos de produtos vendidos é de R\$ 908.490 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 647.734 em 31 de dezembro de 2020).

b. Movimentação da provisão (impairment)

A movimentação da provisão para perdas na realização do estoque no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 está demonstrada a seguir:

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Saldo inicial	(31.683)	(40.235)
Adições/reversões do exercício	(26.456)	(17.362)
Baixa	29.615	25.914
Saldo final	(28.524)	(31.683)

8 Impostos a recuperar

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
ICMS	7.211	9.707	20	20
IPI	1.214	514	-	-
PIS/COFINS *	95.809	9.683	-	-
FINSOCIAL	2.377	2.359	1.821	1.805
Reintegra	517	460	-	-
Outros	2.823	2.394	556	543
	109.951	25.117	2.397	2.368
Circulante	46.852	18.330	576	563
Não circulante	63.099	6.787	1.821	1.805

(*) O aumento relevante de créditos de PIS e COFINS são oriundos das ações de ICMS na base do PIS e COFINS registradas ao longo do ano de 2021.

A Companhia tem outros processos em diferentes instâncias, mas nenhum com características para ser contabilizado neste momento.

9 Imposto de renda e contribuição social

a. Imposto de renda - Antecipação

	<u>Consolidado</u>		<u>Controladora</u>	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Imposto de renda – antecipação	7.073	5.108	746	154
	<u>7.073</u>	<u>5.108</u>	<u>746</u>	<u>154</u>

b. Imposto de renda e contribuição social diferido sobre diferenças temporárias

	<u>Consolidado</u>	
	31/12/2021	31/12/2020
Diferenças temporárias no exercício		
Reavaliação de imobilizado	(2.272)	(2.406)
Imposto de renda e contribuição social diferido no país	(2.576)	-
Imposto de renda diferido - controlada no exterior	<u>493</u>	<u>1.359</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias	(4.355)	(1.047)
Total de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos	493	1.359
Total de imposto de renda e contribuição social diferidos passivos	(4.848)	(2.406)

c. Imposto de renda e contribuição social diferido e corrente

O imposto de renda e a contribuição social diferidos e correntes estão contabilizados no resultado consolidado. Conforme demonstrado na nota 9d. A alíquota utilizada na apuração do imposto foi de 34%:

	<u>Consolidado</u>	
	31/12/2021	31/12/2020
Imposto de renda e contribuição social – corrente	(21.710)	(4.681)
Imposto de renda e contribuição social – diferido	(2.576)	-
	<u>(24.286)</u>	<u>(4.681)</u>

d. Conciliação da alíquota de imposto efetiva

	Consolidado	
	IRPJ / CSLL	
	31/12/2021	31/12/2020
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	338.124	36.235
Imposto de renda e contribuição social à alíquota de 34%	114.962	12.320
Despesas não dedutíveis	4.848	2.713
Incentivos fiscais - estaduais (a)	(52.749)	(40.286)
Incentivo a inovação tecnológica	(8.361)	-
Incentivo de IRPJ	(5.945)	-
Compensação de prejuízo fiscal e base negativa	(16.167)	(1.742)
Outras adições	8.476	5.095
Receitas não tributáveis	(4.035)	(2.430)
Atualização de indêbitos tributários	(7.350)	-
Outros	(11.968)	29.011
	24.287	4.681
Despesa com imposto de renda e contribuição social		
Corrente	21.711	4.681
Diferido	2.576	-
Taxa efetiva (b)	7,18%	12,92%

(a) Vide descrição dos benefícios tributários na nota 30.

(b) Taxa efetiva sobre o lucro contábil antes do imposto de renda e contribuição social.

e. Prejuízos fiscais a compensar

A Companhia e suas controladas Vulcabras CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A., Vulcabras BA, Calçados e Artigos Esportivos S.A. e Vulcabras Distribuidora de Artigos Esportivos Ltda., possuem incentivos fiscais relevantes o que reduz significativamente a capacidade de compensação de eventuais créditos de imposto de renda diferidos. A Administração está monitorando periodicamente as renovações dos incentivos fiscais. A Companhia e suas controladas não registram imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais. Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, a controladora e suas controladas possuíam prejuízos fiscais a compensar e bases negativas de contribuição social, sobre os seguintes valores-base:

	31/12/2021							
	Vulcabras CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A	Vulcabras BA, Calçados e Artigos Esportivos S.A.	Vulcabras Distribuidora de Artigos Esportivos Ltda.	Vulcabras SP, Comércio de Artigos Esportivos Ltda.	Running, Comércio e Indústria de Artigos Esportivos Ltda.	Distribuidora de Calçados e Artigos Esportivos Cruzeiro do Sul Ltda.	Vulcabras S.A	Total
Prejuízos fiscais apurados em 31.12.2021	314.055	613.812	73.889	340.958	142	39.265	146.149	1.528.270
Base negativa de contribuição social em 31.12.2021	<u>1.127.399</u>	<u>625.834</u>	<u>73.889</u>	<u>340.958</u>	<u>142</u>	<u>39.265</u>	<u>148.264</u>	<u>2.355.751</u>
	31/12/2020							
	Vulcabras Azaleia CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A	Vulcabras Azaleia BA, Calçados e Artigos Esportivos S.A.	Vulcabras Distribuidora de Artigos Esportivos Ltda.	Vulcabras Azaleia SP, Comércio de Artigos Esportivos Ltda.	Distribuidora de Calçados e Artigos Esportivos Cruzeiro do Sul Ltda.	Vulcabras Azaléia S.A	Total	
Prejuízos fiscais apurados em 31.12.2020	362.622	622.101	80.736	329.364	35.104	142.326	1.572.253	
Base negativa de contribuição social em 31.12.2020	<u>1.162.515</u>	<u>634.122</u>	<u>80.736</u>	<u>329.364</u>	<u>35.104</u>	<u>144.441</u>	<u>2.386.282</u>	

A compensação dos prejuízos fiscais de imposto de renda e da base negativa da contribuição social está limitada à base de 30% dos lucros tributáveis anuais, gerados a partir do exercício de 1995, sem prazo de prescrição.

10 Depósitos judiciais

A Companhia e suas controladas possuem depósitos judiciais vinculados a processos cíveis, trabalhistas e tributários (nota 19), conforme demonstrados a seguir:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Depósitos judiciais				
Cíveis	65	487	-	20
Trabalhistas	13.944	14.593	222	402
Tributários	1.996	-	116	121
Total	16.005	15.080	338	543

a. Trabalhistas

Os processos trabalhistas referem-se, principalmente, a pedidos de horas extras, equiparação salarial, insalubridade, periculosidade, danos morais e doença do trabalho.

Os depósitos judiciais trabalhistas dizem respeito, em sua maioria, aos valores depositados nos autos referentes a recursos ordinários, recursos de revista, depósitos em garantia e penhora *online* de parte dos valores contidos nos processos trabalhistas em execução.

b. Cíveis

Os processos cíveis, em sua maior parte, têm como objetos pedidos de indenizações em geral por danos materiais e/ou morais, e também pedidos relacionados a supostos defeitos oriundos de fabricação de produtos. Os depósitos judiciais cíveis são relativos a estes processos, realizados como garantia para a discussão dos valores nos mesmos pleiteados.

c. Tributário

Os depósitos judiciais tributários referem-se às ações em que a Companhia e suas controladas são partes, envolvendo, principalmente, os seguintes tributos: IRPJ, COFINS, PIS e ICMS.

11 Transações com partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro 2020, assim como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas às operações com partes relacionadas decorrem de transações da Companhia com suas controladas na Colômbia, Brasil e Peru, além de transações de mútuos com controladas.

Os contratos de mútuo são atualizados por taxa DI-CETIP.

a. Controladora e controladora final

A principal controladora da Companhia é a Gianpega Negócios e Participações S.A. A parte controladora final é do Sr. Pedro Grendene Bartelle.

b. Transações com controladora

As transações entre a controladora e suas controladas, que são eliminadas para fins de consolidação, foram realizadas em condições e prazos acordados entre as partes, assim representados:

	Vulcabras CE	Vulcabras Distribuidora	Vulcabras BA	31/12/2021	31/12/2020
Ativo					
Mútuo com controladas	-	118.324	-	118.324	120.602
Passivo					
Mútuo com controladas (*)	157.288	-	49.245	206.533	197.763
				31/12/2021	31/12/2020
Resultado					
Resultado financeiro	(6.679)	5.262	(2.091)	(3.508)	(161)

(*) Os contratos de mútuos são corrigidos a 100% do CDI e não possuem incidência de IOF conforme decreto 10.504/2020, a vigência dos contratos é de cinco anos.

c. Operações entre sociedades controladas

Vulcabras CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A. e controladas

A controlada Vulcabras CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A. mantém com as suas controladas operações de compra, venda e mútuos financeiros destinados a cobrir necessidades temporárias de caixa, sobre os quais incidiram encargos relativos à variação do CDI, sendo os saldos assim compostos:

	Globalcyr	Running	Wave	Calçados Azaleia Peru.	Vulcabras SP	Vulcabras Distribuidora	Vulcabras BA	Distribuidora Cruzeiro do Sul	31/12/2021	31/12/2020
Ativo										
Contas a receber	-	2.941	-	1.350	42.851	49.989	736	5	97.872	42.443
Outros créditos	-	-	-	-	541	1.579	3.352	-	5.472	2.569
Passivo										
Contas a pagar	-	-	-	-	-	1.090	473	-	1.563	150
Outros débitos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	19
Resultado									31/12/2021	31/12/2020
Resultado financeiro	104	-	8	-	-	-	-	-	112	(8)
Venda Intercompany	-	2.941	-	8.772	30.779	225	19.587	732	63.036	47.723
Compra Intercompany	-	-	-	-	-	(5.867)	(16.858)	(3.195)	(25.920)	(5.562)

Os saldos com partes relacionadas são eliminados para efeito de apresentação consolidada. A principal natureza das transações refere-se a operações de compra e venda de calçados e confecções.

d. Remuneração da administração

Em 23 de abril de 2021, a Companhia, em Assembleia Geral Ordinária, fixou em até R\$ 13.962, a remuneração global anual dos Administradores. No exercício findo de 31 de dezembro de 2021, a Companhia pagou remuneração aos seus Administradores no montante de R\$ 13.910 (R\$ 10.977 em 31 de dezembro de 2020).

Os diretores da Companhia não mantêm nenhuma operação de empréstimos, adiantamentos e outros com a Companhia e suas controladas, além dos seus serviços normais.

Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, a Companhia e suas controladas não pagaram às suas pessoas chave da Administração remuneração nas categorias de: a) benefícios de longo prazo; b) benefícios de rescisão de contrato de trabalho; e c) remuneração baseada em ações.

e. Outras transações com partes relacionadas

A Vulcabras CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A. através da sua controlada indireta Vulcabras BA, Calçados e Artigos Esportivos S.A. possui mútuo a pagar para a Brisa Indústria de Tecidos Tecnológicos S.A. no valor de R\$ 18.041 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 17.632 em 31 de dezembro de 2020) remunerados em 4% a.a e 2,20% a.a. (4% a.a. e pela TJLP + 2% a.a. em 31 de dezembro de 2020) (nota explicativa 17).

12 Investimentos

a. Composição do saldo

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Participações societárias permanentes líquido de perdas:				
Em controladas	-	-	1.439.905	1.115.038
Em coligadas	62.792	59.720	-	-
Outros investimentos	<u>6.616</u>	<u>279</u>	-	-
Investimentos	<u>69.408</u>	<u>59.999</u>	<u>1.439.905</u>	<u>1.115.038</u>
Provisão para perdas com investimento	-	-	(135)	(124)
Total	<u>69.408</u>	<u>59.999</u>	<u>1.439.770</u>	<u>1.114.914</u>

A controlada Vulcabras BA, Calçados e Artigos Esportivos S.A. tem participação de 50% em 31 de dezembro de 2021 (50% em 31 de dezembro de 2020) na coligada PARS Participações Ltda., que por sua vez detém 100% em 31 de dezembro de 2021 (100% em 31 de dezembro de 2020) na Brisa Indústria de Tecidos Tecnológicos S.A. Considerando que a Companhia tem apenas influência significativa, este investimento não é consolidado nas demonstrações financeiras, nos termos do CPC 36 (R3) / IFRS 10 - Demonstrações Consolidadas.

A Companhia através das suas controladas Vulcabras BA e Vulcabras CE adquiriu em 30 de setembro de 2021 participações de 14% e 19% respectivamente como outros investimento na empresa Ventos de São Mizaél Holding S.A. no valor de R\$ 6.337.

b. Movimentação dos investimentos

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Saldos iniciais	59.999	62.046	1.114.914	1.076.742
Equivalência patrimonial	3.072	(2.047)	317.491	33.319
Diferenças cambiais de conversão de operações no exterior	-	-	1.194	4.648
Aquisição de investimento (nota 12a)	6.337	-	5.700	-
Ativos financeiros ao valor justo através de outros resultados abrangentes	-	-	436	185
Aumento de participação em investida	-	-	35	20
Saldos finais	69.408	59.999	1.439.770	1.114.914

c. Dados sobre participações diretas - Controladora

	Vulcabras CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A.		Vulcabras Distribuidora de Artigos Esportivos Ltda.		Globalcyr S.A.		Vulcabras Empreendimentos Ltda.		Total	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Ativo total	1.951.194	1.550.825	316.490	205.833	2	2	2.094	-	-	-
Passivo total	513.482	435.849	241.407	175.311	8.730	8.030	-	-	-	-
Capital social	1.190.892	1.363.676	139.315	96.045	1.056	1.056	2.094	-	-	-
Receita líquida	988.876	693.214	355.991	100.359	-	-	-	-	-	-
Resultado do exercício	317.492	33.312	1.291	3.850	(104)	(100)	-	-	-	-
Quantidade de ações ou quotas possuídas (em lote de mil)	537.467	537.467	200	200	10	10	2.094	-	-	-
Patrimônio líquido	1.437.712	1.114.976	75.083	30.522	(8.728)	(8.028)	2.094	-	-	-
Participação no capital social, no final do exercício - %	99,99%	99,99%	0,14%	0,22%	1,54%	1,54%	100,00%	-	-	-
Participação societária permanente em controladas	1.437.706	1.114.971	105	67	-	-	2.094	-	1.439.905	1.115.038
Provisão para passivo para perda com investimento	-	-	-	-	(135)	(124)	-	-	(135)	(124)
Resultado de equivalência patrimonial	317.491	33.312	2	8	(2)	(1)	-	-	317.491	33.319

d. Dados sobre as participações indiretas

Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, a Companhia possui participação indireta nas sociedades a seguir relacionadas, através de sua controlada Vulcabras CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A.:

(i) Vulcabras CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A.

	Vulcabras Distribuidora de Artigos Esportivos Ltda.	Vulcabras SP, Comércio de Artigos Esportivos Ltda.	Globalcyr S.A.	Vulcabras BA, Comércio e Calçados e Artigos Esportivos S.A.	Running Comércio e Indústria de Artigos Esportivos Ltda	Wave Comércio e Indústria de Artigos Esportivos Ltda	Distribuidora de Calçados e Artigos Esportivos Cruzeiro do Sul Ltda. (*)	Calçados Azaleia de Colômbia Ltda.	Calçados Azaleia Peru S.A.	PARS Participações Ltda.
31/12/2021										
Ativo total	316.490	136.441	2	522.866	12.331	-	736	-	57.760	125.584
Passivo total	241.407	120.781	8.730	107.559	11.045	-	13.950	-	20.935	1
Capital social	139.315	402.984	1.056	365.403	3.621	-	26.207	-	1.072	36.116
Patrimônio líquido	75.083	15.660	(8.728)	415.307	1.285	-	(13.214)	-	36.825	125.583
Receita líquida	355.991	84.087	-	515.341	7.708	-	10.957	3.199	63.940	-
Resultado do exercício	1.291	(14.848)	(104)	73.214	(2.325)	(969)	(2.540)	(6.964)	503	6.144
Participação no capital social	99,86%	100,00%	98,45%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	99,11%	50,00%
	Vulcabras Azaleia RS, Calçados e Artigos Esportivos S.A.	Vulcabras Distribuidora de Artigos Esportivos Ltda.	Vulcabras Azaleia SP, Comércio de Artigos Esportivos Ltda.	Globalcyr S.A.	Vulcabras Azaleia BA, Calçados e Artigos Esportivos S.A.	Distribuidora de Calçados e Artigos Esportivos Cruzeiro do Sul Ltda. (*)	Calçados Azaleia de Colômbia Ltda.	Calçados Azaleia Peru S.A.	PARS Participações Ltda.	
31/12/2020										
Ativo total	-	205.833	99.350	2	450.982	17.160	12.752	57.757	119.441	
Passivo total	-	175.311	68.842	8.030	109.073	27.834	20.787	23.380	1	
Capital social	-	96.045	402.984	1.056	459.929	26.207	841	1.072	36.116	
Patrimônio líquido	-	30.522	30.508	(8.028)	341.909	(10.674)	(8.035)	34.377	119.440	
Receita líquida	1.538	100.359	73.523	-	374.063	21.429	14.092	42.288	-	
Resultado do exercício	26.503	3.850	(31.196)	(100)	44.430	(6.584)	(4.065)	(4.083)	(4.094)	
Participação no capital social	100,00%	99,78%	100,00%	98,45%	100,00%	100,00%	100,00%	99,11%	50,00%	

(*) Participação indireta

13 Imobilizado

a. Composição da conta

		Consolidado					
		31/12/2021			31/12/2020		
Em 31 de dezembro de 2021	Taxa média de Depreciação % a.a.	Custo	Depreciação	Líquido	Custo	Depreciação	Líquido
Edificações	2 a 4	131.113	(91.221)	39.892	130.375	(87.487)	42.888
Máquinas e equipamentos	10	395.160	(279.326)	115.834	362.699	(270.166)	92.533
Moldes	100	278.863	(262.565)	16.298	262.557	(250.588)	11.969
Móveis e utensílios	10 a 20	40.777	(27.285)	13.492	32.131	(23.665)	8.466
Veículos	20	2.241	(1.953)	288	2.241	(1.939)	302
Equipamentos de computação	20 a 25	32.775	(25.000)	7.775	28.606	(22.771)	5.835
Terrenos	-	3.326	-	3.326	3.486	-	3.486
Obras em andamento	-	7.719	-	7.719	3.541	-	3.541
Instalações	10	135.563	(71.758)	63.805	127.027	(62.652)	64.375
Benfeitorias em bens de terceiros	10 a 20	4.586	(603)	3.983	89	(89)	-
Importações em andamento	-	29.249	-	29.249	5.309	-	5.309
Benfeitorias em propriedade arrendadas	20	1.671	(996)	675	1.524	(664)	860
Outros	10 a 20	28	(27)	1	3.356	(1.609)	1.747
		1.063.071	(760.734)	302.337	962.941	(721.630)	241.311

b. Movimentação do custo

	Consolidado										
	01/01/2020	31/12/2020					31/12/2021				
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferência	Ajuste de conversão	Saldo final	Adições	Baixas	Transferência	Ajuste de conversão	Saldo final
Em 31 de dezembro de 2021											
Edificações	127.881	828	-	-	1.666	130.375	1.421	-	(1.306)	623	131.113
Máquinas e equipamentos	362.297	10.145	(27.926)	18.183	-	362.699	11.628	(6.935)	27.768	-	395.160
Moldes	272.492	22.720	(33.195)	540	-	262.557	34.346	(18.360)	320	-	278.863
Móveis e utensílios	32.099	1.459	(2.076)	-	649	32.131	3.823	(900)	5.262	461	40.777
Veículos	2.258	115	(238)	1	105	2.241	87	(107)	-	20	2.241
Equipamentos de computação	27.810	1.579	(1.766)	-	983	28.606	3.152	(275)	973	319	32.775
Terrenos (*)	3.490	-	(5)	1	-	3.486	-	(160)	-	-	3.326
Moldes em andamento	-	740	(199)	(541)	-	-	1.165	(851)	(314)	-	-
Obras em andamento	-	4.182	(719)	-	78	3.541	11.435	(641)	(6.616)	-	7.719
Instalações	112.686	18.147	(3.806)	-	-	127.027	9.463	(445)	(482)	-	135.563
Benfeitorias em bens de terceiros	89	-	-	-	-	89	551	-	3.946	-	4.586
Importações em andamento	2.279	24.884	(3.670)	(18.184)	-	5.309	55.124	(4.948)	(26.236)	-	29.249
Benfeitorias em propriedade arrendada	3.537	79	(2.092)	-	-	1.524	147	-	-	-	1.671
Outros	2.463	203	-	-	690	3.356	-	(13)	(3.315)	-	28
	949.381	85.081	(75.692)	-	4.171	962.941	132.342	(33.635)	-	1.423	1.063.071

c. Movimentação da depreciação

	Consolidado										
	01/01/2020	31/12/2020					31/12/2021				
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferência	Ajuste de conversão	Saldo final	Adições	Baixas	Transferência	Ajuste de conversão	Saldo final
Em 31 de dezembro de 2021											
Edificações	(83.552)	(3.561)	-	-	(374)	(87.487)	(3.576)	-	-	(158)	(91.221)
Máquinas e equipamentos	(276.247)	(14.399)	20.481	-	(1)	(270.166)	(15.371)	6.211	-	-	(279.326)
Moldes	(249.011)	(32.218)	30.641	-	-	(250.588)	(27.550)	15.573	-	-	(262.565)
Móveis e utensílios	(23.541)	(1.444)	1.677	-	(357)	(23.665)	(1.816)	30	(1.570)	(264)	(27.285)
Veículos	(1.918)	(144)	205	-	(82)	(1.939)	(99)	101	-	(16)	(1.953)
Equipamentos de computação	(22.058)	(1.736)	1.566	-	(543)	(22.771)	(2.120)	98	-	(207)	(25.000)
Instalações	(54.327)	(9.522)	1.197	-	-	(62.652)	(9.218)	1	111	-	(71.758)
Benfeitorias em bens de terceiros	(89)	-	-	-	-	(89)	(403)	-	(111)	-	(603)
Benfeitorias em propriedade arrendada	(2.459)	(292)	2.087	-	-	(664)	(332)	-	-	-	(996)
Outros	(1.059)	(254)	1	-	(297)	(1.609)	(1)	13	1.570	-	(27)
	(714.261)	(63.570)	57.855	-	(1.654)	(721.630)	(60.486)	22.027	-	(645)	(760.734)

Os juros de empréstimos e financiamentos não foram capitalizados no custo do ativo imobilizado em andamento, dado que os principais contratos estão relacionados a aquisições de máquinas e equipamentos colocados em funcionamento imediato.

Anualmente a Companhia e suas controladas revisam a vida útil dos bens do ativo imobilizado. A Companhia e suas controladas têm a política de manutenção dos principais bens do ativo imobilizado até o final de sua vida útil.

14 Intangível

a. Composição da conta

		Consolidado					
		31/12/2021			31/12/2020		
Em 31 de dezembro de 2021	Prazo de vida útil	Custo	Amortização	Líquido	Custo	Depreciação	Líquido
Vida útil definida							
Software	5 anos	41.516	(34.289)	7.227	39.040	(32.218)	6.822
Cessão de direito	Prazo contratual	566	(453)	113	531	(391)	140
Fundo de comércio	Prazo contratual	1.464	-	1.464	1.873	-	1.873
Provisão para redução ao valor recuperável (*)	Prazo contratual	-	-	-	(199)	-	(199)
Vida útil indefinida							
Marcas e patentes		2.068	-	2.068	2.067	-	2.067
Ágio		198.214	-	198.214	198.214	-	198.214
		243.828	(34.742)	209.086	241.526	(32.609)	208.917

A amortização dos ativos intangíveis é registrada em contrapartida do resultado no grupo de custos das vendas (software industrial) e despesas de vendas (cessão de direitos).

(*) A provisão para redução ao valor recuperável refere-se ao *impairment* do fundo de comércio das lojas da controlada Vulcabras SP, em 30 de junho de 2021 houve a baixa da provisão decorrente do fechamento das lojas.

b. Movimentação do custo

Em 31 de dezembro de 2021	Prazos de vida útil	Métodos de amortização	Consolidado				
			Saldo em 01/01/2021	Adições	Baixas	Ajuste de conversão	Saldo em 31/12/2021
Vida útil definida							
Software	5 anos	Linear	39.040	2.523	(148)	101	41.516
Cessão de direito	Prazo contratual	Linear	531	-	-	35	566
Fundo de comércio	Prazo contratual	Linear	1.873	-	(409)	-	1.464
Impairment Fundo de comércio	Prazo contratual	Linear	(199)	-	199	-	-
Vida útil indefinida							
Marcas e patentes			2.067	1	-	-	2.068
Ágio			198.214	-	-	-	198.214
Total			241.526	2.524	(358)	136	243.828

			Consolidado				
Em 31 de dezembro de 2020	Prazos de vida útil	Métodos de amortização	Saldo em 01/01/2020	Adições	Baixas	Ajuste de conversão	Saldo em 31/12/2020
Vida útil definida							
Software	5 anos	Linear	36.413	2.588	(264)	303	39.040
Cessão de direito	Prazo contratual	Linear	391	42	-	98	531
Fundo de comércio (*)	Prazo contratual	Linear	10.976	-	(9.103)	-	1.873
Impairment Fundo de comércio	Prazo contratual	Linear	(4.047)	-	3.848	-	(199)
Vida útil indefinida							
Marcas e patentes			2.194	-	(127)	-	2.067
Ágio			198.214	-	-	-	198.214
Total			244.141	2.630	(5.646)	401	241.526

(*) Em 31 de dezembro de 2020 houve a baixa por alienação de duas lojas no valor de R\$ 9.103, as consequências dessa baixa também afetaram a provisão de impairment no valor de R\$ 3.848.

c. Movimentação da amortização

			Consolidado				
Em 31 de dezembro de 2021	Prazos de vida útil	Métodos de amortização	Saldo em 01/01/2021	Adições	Baixas	Ajuste de conversão	Saldo em 31/12/2021
Vida útil definida							
Software	5 anos	Linear	(32.218)	(2.119)	106	(58)	(34.289)
Cessão de direito	Prazo de contrato	Linear	(391)	(36)	-	(26)	(453)
Total			(32.609)	(2.155)	106	(84)	(34.742)

Em 31 de dezembro de 2020	Prazos de vida útil	Métodos de amortização	Consolidado				Saldo em 31/12/2020
			Saldo em 01/01/2020	Adições	Baixas	Ajuste de conversão	
Vida útil definida							
Software	5 anos	Linear	(30.421)	(1.792)	130	(135)	(32.218)
Cessão de direito	Prazo de contrato	Linear	(280)	(47)	-	(64)	(391)
Total			(30.701)	(1.839)	130	(199)	(32.609)

d. Ágio na combinação de negócio

Os saldos de ágio apurados nas aquisições de participações societárias, apresentados na controlada Vulcabras CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A., estão suportados por laudos emitidos por peritos independentes e encontram-se fundamentados na expectativa de rentabilidade futura das operações adquiridas; em 2009, não são amortizados por serem ativos de vida útil indefinida, conforme deliberação nº 553/08 da CVM e CPC 01 (R1), e são testados anualmente quanto a sua recuperabilidade, conforme Nota 15.

15 Análise de recuperabilidade de ativos não financeiros

a. Ativos tangíveis e intangíveis com vida útil definida

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos tangíveis e intangíveis com vida útil definida com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foi realizado teste de recuperabilidade dos ativos intangíveis com vida útil definida por meio de cálculo baseado no valor em uso a partir de projeções de caixa provenientes de orçamentos financeiros aprovados pela alta administração.

Nenhum indício de perda para redução ao valor recuperável foi identificado em 31 de dezembro de 2021.

b. Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura

O saldo de ágio apurado nas aquisições de participações societárias encontra-se fundamentado na expectativa de rentabilidade futura das operações adquiridas e soma R\$ 198.214 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 198.214 em 31 de dezembro de 2020).

A Companhia testa anualmente o valor recuperável dos seus ativos intangíveis de vida útil indefinida, que se constitui principalmente de ágio por expectativa de resultados futuros, advindos de processos de combinação de negócios, utilizando o conceito do valor em uso, através de modelos de fluxo de caixa descontado.

O ágio apurado na aquisição do investimento é testado anualmente em relação ao seu valor de recuperação, no nível da unidade geradora de caixa.

c. Principais premissas utilizadas nos testes de perda do valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis

Para fins de teste de perda por redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis não há possibilidade de separar uma UGC (Unidade Geradora de Caixa) e apontá-la como a geradora de caixa exclusiva em função da compra da Azaleia, desde a aquisição, as operações das duas Companhias se fundiram e se tornou impossível distinguir quais são as receitas geradas em virtude dos ativos exclusivos adquiridos na compra da Azaleia, desta forma considera-se a Companhia e suas controladas como uma única unidade geradora de caixa.

Os fluxos de caixa futuros foram descontados com base na taxa representativa do custo de capital. De forma consistente com as técnicas de avaliação econômica, a avaliação do valor em uso é efetuada para um período de 10 (dez) anos, e a partir de então, considerando-se a perpetuidade das premissas tendo em vista a capacidade de continuidade dos negócios por tempo indeterminado.

Para desconto dos fluxos de caixa futuros utilizou-se a taxa de 13,90% a.a. em 31 de dezembro de 2021 (7,73% a.a. em 31 de dezembro de 2020).

A estimativa do valor em uso utilizou as seguintes premissas:

Receitas

O volume e o preço de venda foram projetados em base real (sem inflação) com base nas estimativas da Companhia e resultam em crescimento composto agregado (CAGR) de 6,78% a.a. em 31 de dezembro de 2021 (9,34% a.a. em 31 de dezembro de 2020) entre os exercícios de 2021 e 2031. A variação em relação ao ano anterior está comentada na nota 1.1.1.(iv).

Custo

O custo dos produtos vendidos foi projetado com base nas estimativas da Companhia.

Após a definição da projeção de vendas foi definida a distribuição da necessidade de produção de acordo com a capacidade instalada e o nível de eficiência a ser obtido.

Os demais custos indiretos de fabricação foram embasados nos gastos orçados e aprovados pela alta administração para os centros de custos indiretos.

Despesas

As despesas variáveis de vendas foram projetadas com base nos percentuais históricos sobre a receita operacional bruta.

As despesas administrativas e gerais de vendas foram embasadas nos gastos orçados e aprovados pela alta administração para os centros de custos.

Lucro líquido e geração de caixa livre

O Lucro Líquido resultante da aplicação das premissas acima cresce com uma taxa de crescimento composta (CAGR) de 8,85% a.a. (34,50% a.a. em 31 de dezembro de 2020) entre os exercícios de 2021 a 2031.

A Geração de Caixa Livre é então calculada usando-se projeções de investimentos e variações de capital de giro. Para a perpetuidade a taxa de crescimento utilizada é zero.

O valor em uso foi superior ao seu valor contábil em aproximadamente R\$ 2.910bi em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 3.755bi em 31 de dezembro de 2020).

16 Fornecedores

a. Composição da conta

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Fornecedores				
No país				
Diversos	61.816	56.355	1.672	289
No exterior				
Diversos	16.190	6.102	-	-
	78.006	62.457	1.672	289

b. Por vencimento

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
A vencer		
1 a 30 dias	58.892	51.198
31 a 60 dias	13.246	8.603
61 a 90 dias	2.678	1.245
Acima de 90 dias	2.999	1.397
	77.815	62.443
Vencidos		
1 a 30 dias	186	51.198
31 a 60 dias	1	
61 a 90 dias	1	8.603
Acima de 90 dias	3	1.397
	191	62.443
	78.006	62.457

Dada a característica dos produtos e a cadeia de suprimentos da Companhia, é constatada a ampla oferta de matéria-prima, suprimentos e fornecedores, de tal forma que a Companhia não apresenta concentração da carteira de fornecedores.

Em atendimento a Deliberação CVM nº 564, de 17 de dezembro de 2008, que aprovou o CPC 12, a Companhia realizou estudos para calcular os ajustes a valor presente de seus passivos circulantes. Considerando o prazo médio de pagamento desses passivos de aproximadamente 41 dias em 31 de dezembro de 2021 (37 dias em 31 de dezembro de 2020), os efeitos de ajustes a valor presente foram julgados imateriais e, portanto, não foram contabilizados no resultado, a exemplo do que ocorreu com os ativos circulantes e não circulantes.

17 Financiamentos e empréstimos

a. Composição da conta

	Taxa de juros 2021	Taxa de juros 2020	Consolidado	
			31/12/2021	31/12/2020
Moeda nacional				
Ativo fixo	IPCA + 2,04% a.a	IPCA + 2,04% a.a	64.330	77.561
Incentivo fiscal	TJLP	TJLP	2.571	2.276
Capital de Giro	IPCA + 2,07% a.a/ CDI + 1,10% a 1,23% a.a.	IPCA + 2,07% a.a/ CDI + 3,05% a 3,55% a.a / 180% CDI a.a.	286.237	205.221
			353.138	285.058
Moeda estrangeira				
Financiamento de exportação				
Finimp	Taxa Fixa 7,10% a 7,20% a.a.	Taxa Fixa 7,10% a 7,20% a.a.	-	16.451
Capital de Giro	Taxa Fixa 1,18% a 2,15%a.a.	Taxa Fixa 1,18% a.a.	8.112	10.120
			8.112	26.571
Total dos empréstimos e financiamentos			361.250	311.629
Circulante			291.497	127.894
Não circulante			69.753	183.735

Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, as parcelas relativas ao saldo de empréstimos e financiamentos tinham os seguintes vencimentos:

Vencimento	31/12/2021		31/12/2020	
	Valor	%	Valor	%
Circulante	291.497	81%	127.894	41%
2021	-	0%	127.894	41%
2022	291.497	81%	93.056	30%
2023	29.848	8%	55.819	18%
2024	18.117	5%	13.072	4%
2025	13.072	4%	13.072	4%
2026	8.716	2%	8.715	3%
Não circulante	69.753	19%	183.735	59%
Total	361.250	100%	311.629	100%

b. Avais e garantias

Em garantia dos financiamentos, foram oferecidas notas promissórias, garantia fidejussória e aval de empresa controladora, hipoteca das plantas de Horizonte-CE e Itapetinga-BA e alienação de máquinas e equipamentos adquiridos com o financiamento.

c. Cláusulas restritivas

Alguns financiamentos contratados possuem cláusulas que obrigam a Companhia a demonstrar através de comprovação documental e física, as aquisições de imobilizados e objetivos alçados em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D). Essas cláusulas são controladas e foram plenamente atendidas dentro dos prazos definidos nos contratos. Não temos cláusulas restritivas para empréstimos de capital de giro.

d. Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes de atividades de financiamento

	Passivo				Total
	Empréstimos e financiamentos	Mútuos com partes relacionadas	Passivo de arrendamentos	Dividendos e lucros a pagar	
Saldo em 1 de janeiro de 2021	311.629	17.632	18.530	-	347.791
Varição fluxo de caixa de financiamento					
Empréstimos tomados - Principal	190.098	-	-	-	190.098
Mútuos com partes relacionadas	-	409	-	-	409
Pagamento de passivo de arrendamentos financeiros	-	-	(10.261)	-	(10.261)
Pagamento de empréstimos tomados – Principal	(143.617)	-	-	-	(143.617)
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	-	-	-	(86.011)	(86.011)
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	46.481	409	(10.261)	(86.011)	(49.382)
Outras variações relacionadas com passivos					
Juros pagos	(25.124)	-	(2.183)	-	(27.307)
Distribuição de dividendos	-	-	-	86.015	86.015
Adições de Provin (sem efeito caixa)	971	-	-	-	971
Adições / reajustes de contratos	-	-	15.221	-	15.221
Descontos de arrendamento	-	-	(582)	-	(582)
Juros provisionados	-	-	1.859	-	1.859
Baixa de arrendamento	-	-	(2.805)	-	(2.805)
Encargos financeiros reconhecidos no resultado	27.293	-	-	-	27.293
Total de outras variações relacionadas com passivos	3.140	-	11.510	86.015	100.665
Saldo em 31 de dezembro de 2021	361.250	18.041	19.779	4	399.074

	Passivo				Total
	Empréstimos e financiamentos	Mútuos com partes relacionadas	Passivo de arrendamentos		
Saldo em 1 de janeiro de 2020	43.053	16.930	15.845		75.828
Varição fluxo de caixa de financiamento					
Empréstimos tomados - Principal	285.779	-	-		285.779
Mútuos com partes relacionadas	-	702	-		702
Pagamento de passivo de arrendamentos financeiros	-	-	(9.794)		(9.794)
Pagamento de empréstimos tomados - Principal	(22.378)	-	-		(22.378)
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	263.401	702	(9.794)		254.309
Outras variações relacionadas com passivos					
Juros pagos	(5.309)	-	(1.760)		(7.069)
Adições de Provin (sem efeito caixa)	675	-	-		675
Adições / reajustes de contratos	-	-	17.000		17.000
Descontos de arrendamento	-	-	(1.373)		(1.373)
Juros provisionados	-	-	2.835		2.835
Baixa de arrendamento	-	-	(4.223)		(4.223)
Encargos financeiros reconhecidos no resultado	9.809	-	-		9.809
Total de outras variações relacionadas com passivos	5.175	-	12.479		17.654
Saldo em 31 de dezembro de 2020	311.629	17.632	18.530		347.791

18 Arrendamentos

a. Arrendamentos mercantis operacionais

A Companhia e suas controladas arrendam imóveis apenas.

Esses arrendamentos normalmente duram cinco anos, com opção de renovação do arrendamento após este período. Anualmente os valores são reajustados para refletir o valor praticado no mercado. Alguns arrendamentos comerciais proporcionam pagamentos adicionais de aluguel que são baseados no faturamento mensal do imóvel.

As informações sobre arrendamentos para os quais a Companhia é a arrendatária estão apresentados abaixo:

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Direito de Uso		
Saldo inicial	15.145	15.845
Adições / reajustes	15.745	14.965
Baixa	(2.497)	(4.162)
Amortização (*)	(10.951)	(11.503)
Saldo final	17.442	15.145
	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Passivo de Arrendamento		
Saldo inicial	18.530	15.845
Adições / reajustes	15.221	17.000
Juros provisionados	1.859	2.835
Baixa	(2.805)	(4.223)
Pagamento de principal (**)	(10.843)	(11.167)
Juros	(2.183)	(1.760)
Saldo final	19.779	18.530
Circulante	7.129	8.343
Não circulante	12.650	10.187

(*) A variação se deu pelo encerramento de alguns contratos de lojas da controlada Vulcabras SP. Na amortização reconhecida no resultado tivemos um valor menor de R\$ 10.369 devido as concessões de descontos de R\$ 582, em função do expediente prático do CPC 06/IFRS 16.

(**) O desconto de R\$ 582 que deduz o valor do pagamento apresentado na Demonstração de Fluxo de Caixa não tem efeito na baixa do passivo de arrendamento.

Cronograma de pagamentos das parcelas de longo prazo

Vencimento	31/12/2021		31/12/2020	
	Valor	%	Valor	%
2022	-	0%	5.993	59%
2023	5.208	41%	2.465	24%
2024	4.368	35%	1.190	12%
2025	3.074	24%	539	5%
Total	12.650	100%	10.187	100%

Opções de prorrogação

Alguns arrendamentos contém opções de prorrogação exercíveis pela Companhia até um ano antes do final do período do contrato não cancelável. Sempre que possível, a Companhia procura incluir opções de extensão em novos arrendamentos para fornecer flexibilidade operacional.

19 Provisões

A Companhia e as suas controladas são parte (polo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante alguns tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis, dentre outros assuntos.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, segue os critérios de reconhecimento das provisões estabelecido pela Deliberação CVM nº 489/05 e CPC 25/IAS 37, que determina que uma provisão deve ser reconhecida quando: (i) a entidade tiver obrigação presente decorrente de evento passado; (ii) for provável que os recursos sejam exigidos para liquidar tal obrigação; e (iii) o montante da obrigação puder ser estimado com suficiente segurança. Se qualquer dessas condições não for atendida, não deve ser constituída uma provisão, podendo eventualmente ser necessária à divulgação de uma contingência passiva.

A análise das demandas judiciais pendentes, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constitui provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso e as classificou como circulante e não circulantes, como se segue:

a. Composição dos saldos

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Provisão para demandas judiciais e administrativas:				
Cíveis	18.455	18.919	53	82
Trabalhistas	40.041	36.982	189	507
Tributárias	1.382	662	176	176
Total	59.878	56.563	418	765
Circulante	22.488	22.021	418	765
Não circulante	37.390	34.542	-	-

b. Ações trabalhistas (consolidado)

Referem-se, substancialmente, a pedidos de horas extras, diferenças salariais, insalubridade, periculosidade e doença ocupacional. O efeito da provisão para perda com ações trabalhistas é registrado em contrapartida do resultado na conta de outras despesas.

c. Ações cíveis (consolidado)

Referem-se, basicamente, a indenização por danos morais e materiais. O efeito da provisão para perda com ações cíveis é registrado em contrapartida do resultado na conta de outras despesas.

Os efeitos da provisão para indenização são registrados em contrapartida do resultado na rubrica despesas com vendas.

d. Ações tributárias (consolidado)

Referem-se a ações em que a Companhia e suas controladas são partes, envolvendo, principalmente, os seguintes tributos: IRPJ, COFINS, PIS e ICMS. O efeito da provisão para perda com ações tributárias é registrado em contrapartida do resultado na conta de outras despesas.

e. Movimentação dos processos

Consolidado											
	<u>31/12/2019</u>		<u>31/12/2020</u>				<u>31/12/2021</u>				
	Saldo inicial	Adições	Reversão	Pagamento	Ajuste para apresentação líquida(*)	Saldo final	Adições	Reversão	Pagamento	Ajuste para apresentação líquida(*)	Saldo final
Em 31 de dezembro de 2021											
Natureza											
Cíveis	20.107	1.210	(2.206)	(192)	-	18.919	1.181	(1.466)	(179)	-	18.455
Trabalhistas	36.254	5.136	(4.618)	(1.336)	1.546	36.982	13.151	(4.522)	(7.147)	1.577	40.041
Tributárias	148	802	(215)	(1.137)	1.064	662	2.350	(165)	(825)	(640)	1.382
Total	56.509	7.148	(7.039)	(2.665)	2.610	56.563	16.682	(6.153)	(8.151)	937	59.878

Controladora										
	<u>31/12/2019</u>		<u>31/12/2020</u>				<u>31/12/2021</u>			
	Saldo inicial	Adições	Reversão	Pagamento	Saldo final	Adições	Reversão	Pagamento	Saldo final	
Em 31 de dezembro de 2021										
Natureza										
Cíveis	510	63	(453)	(38)	82	48	(17)	(60)	53	
Trabalhistas	229	371	-	(93)	507	-	(47)	(271)	189	
Tributárias	119	57	-	-	176	60	(60)	-	176	
Total	858	491	(453)	(131)	765	108	(124)	(331)	418	

(*) Os valores de apresentação líquida referem-se apenas a reclassificações entre depósitos judiciais e provisões para contingências em atendimento ao item 35 do CPC 26 (IAS 1), dessa forma esses valores não tiveram efeito caixa e não foram considerados nas demonstrações do fluxo de caixa.

Contingências

Com base na opinião dos seus consultores jurídicos, a Administração acredita que a resolução das questões cíveis, trabalhistas e tributárias a seguir relacionadas não produzirá efeito material adverso sobre sua condição financeira.

A composição dos valores em discussão em diversas instâncias de processos, cuja expectativa de perdas é possível, em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, era como segue:

	<u>Consolidado</u>	
	31/12/2021	31/12/2020
Contingências		
Cíveis	2.741	2.149
Trabalhistas	34.950	41.006
Tributárias	<u>31.250</u>	<u>37.051</u>
Total	<u>68.941</u>	<u>80.206</u>

Não houve processo relevante em 2021.

20 Patrimônio líquido (controladora)

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2021, o capital social é de R\$ 1.106.717 (R\$ 1.106.717 em 31 de dezembro de 2020) está representado por 245.756.244 (245.756.346 em 31 de dezembro de 2020) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

A Companhia, mediante deliberação de seu Conselho de Administração, está autorizada a aumentar o capital social, independentemente, de reforma estatutária, até o limite de R\$ 2.000.000.

b. Reservas

(i) Reserva de reavaliação

Constituída em decorrência das reavaliações de bens do ativo imobilizado, de suas controladas, com base em laudo de avaliação elaborado por peritos avaliadores independentes. O imposto de renda e a contribuição social correspondente estão classificados no passivo não circulante. Em 31 de dezembro de 2021, o saldo de reserva de reavaliação é de R\$ 4.410 (R\$ 4.670 em 31 de dezembro de 2020).

A reserva de reavaliação está sendo realizada por depreciação ou baixa dos bens reavaliados contra prejuízos acumulados, líquida dos encargos tributários. Conforme alteração e facultado pela Lei nº 11.638/07, a Administração decidiu manter as reservas de reavaliação até sua completa realização.

c. Reserva de capital

(i) Stock option

Condições gerais

A Companhia possui 4 (quatro) Planos de Outorga de Opções de Ações em vigor.

1º plano de outorga de opção de ações

Aprovação do plano

Em 16 de janeiro de 2018, o Conselho de Administração aprovou a primeira outorga de opções, no âmbito do Contrato de Outorga. O total de opções outorgadas nesta data foi de 835.000 (oitocentas e trinta e cinco mil) opções, com preço de exercício unitário de R\$ 9,50 (nove reais e cinquenta centavos), distribuídas entre os beneficiários eleitos. Com o propósito de satisfazer o exercício de opções outorgadas, a Companhia poderá emitir novas ações, dentro do limite do capital autorizado, com exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia, conforme permissão do artigo 171, parágrafo 3º, da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

Características do plano

1º plano de outorga de opções – 2018

1ª outorga

Data da outorga	16/jan/2018
Quantidade de opções outorgadas	835.000
Período de carência para o exercício (Vesting)	3 anos
Vencimento para o exercício	31/mar/2021
Prazo máximo para o exercício	31/mar/2022
Preço de exercício	R\$ 9,50 (1)
Beneficiários (colaboradores)	24 (2)

- (1) O preço de exercício é fixado em R\$9,50 (nove reais e cinquenta centavos), corrigido pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA desde a data da outorga até a data do efetivo exercício da Opção.
- (2) Originalmente foram beneficiados 24 colaboradores para o 1º plano de Stock Options, porém em 31/12/2021, devido ao desligamento de 06 colaboradores o total é de 18 beneficiários.

Beneficiários

Poderão ser eleitos como beneficiários de outorgas de opção de compra de ações os diretores (estatutários ou não), gerentes de divisão e funcionários da Vulcabras S.A. e das sociedades que estejam sob o seu controle direto ou indireto (Controladas), inclusive em relação a novas contratações, ficando todos eles sujeitos à aprovação do Conselho de Administração da Companhia.

Método de precificação

O método utilizado para precificação das opções é o modelo de Black-Scholes, o qual utiliza as seguintes premissas básicas: o preço na outorga, o preço de exercício, o prazo de carência, a volatilidade do preço das ações, o percentual de dividendos distribuídos e a taxa livre de risco.

2º plano de outorga de opção de ações

Aprovação do plano

Em 06 de maio de 2019, o Conselho de Administração aprovou o 2º plano de outorga de opções, no âmbito do Contrato de Outorga. O total de opções outorgadas nesta data foi de 780.000 (setecentos e oitenta mil) opções, com preço de exercício unitário de R\$7,96 (sete reais e noventa e seis centavos), distribuídas entre os beneficiários eleitos. Com o propósito de satisfazer o exercício de opções outorgadas, a Companhia poderá emitir novas ações, dentro do limite do capital autorizado, com exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia, conforme permissão do artigo 171, parágrafo 3º, da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

Características do plano

2º plano de outorga de opções – 2019	2ª outorga
Data da outorga	06/mai/2019
Quantidade de opções outorgadas	780.000
Período de carência para o exercício (Vesting)	3 anos
Vencimento para o exercício	31/mar/2022
Prazo máximo para o exercício	31/mar/2023
Preço de exercício	R\$ 7,96 (1)
Beneficiários (colaboradores)	22 (2)

- (1) O preço de exercício é fixado em R\$7,96 (sete reais e noventa e seis centavos), corrigido pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA desde a data da outorga até a data do efetivo exercício da Opção.
- (2) Originalmente foram beneficiados 22 colaboradores para o 2º plano de Stock Options, porém em 31/12/2021, devido ao desligamento de 02 colaboradores o total é de 20 beneficiários.

Beneficiários

Poderão ser eleitos como beneficiários de outorgas de opção de compra de ações os diretores (estatutários ou não), gerentes de divisão e funcionários da Vulcabras S.A. e das sociedades que estejam sob o seu controle direto ou indireto (Controladas), inclusive em relação a novas contratações, ficando todos eles sujeitos à aprovação do Conselho de Administração da Companhia.

Método de precificação

O método utilizado para precificação das opções é o modelo de Black-Scholes, o qual utiliza as seguintes premissas básicas: o preço na outorga, o preço de exercício, o prazo de carência, a volatilidade do preço das ações, o percentual de dividendos distribuídos e a taxa livre de risco.

3º plano de outorga de opção de ações

Aprovação do plano

Em 10 de agosto de 2020, o Conselho de Administração aprovou o 3º plano de outorga de opções, no âmbito do Contrato de Outorga. O total de opções outorgadas nesta data foi de 870.000 (oitocentos e setenta mil) opções, com preço de exercício unitário de R\$ 8,57 (oito reais e cinquenta e sete centavos), distribuídas entre os beneficiários eleitos. Com o propósito de satisfazer o exercício de opções outorgadas, a Companhia poderá emitir novas ações, dentro do limite do capital autorizado, com exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia, conforme permissão do artigo 171, parágrafo 3º, da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

Características do plano

3º plano de outorga de opções – 2020	3ª outorga
Data da outorga	10/ago/2020
Quantidade de opções outorgadas	870.000
Período de carência para o exercício (Vesting)	3 anos
Vencimento para o exercício	31/mar/2023
Prazo máximo para o exercício	31/mar/2024
Preço de exercício	R\$ 8,57 (1)
Beneficiários (colaboradores)	21

- (1) O preço de exercício é fixado em R\$8,57 (oito reais e cinquenta e sete centavos), corrigido pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA desde a data da outorga até a data do efetivo exercício da Opção.

Beneficiários

Poderão ser eleitos como beneficiários de outorgas de opção de compra de ações os diretores (estatutários ou não), gerentes de divisão e funcionários da Vulcabras S.A. e das sociedades que estejam sob o seu controle direto ou indireto (Controladas), inclusive em relação a novas contratações, ficando todos eles sujeitos à aprovação do Conselho de Administração da Companhia.

Método de precificação

O método utilizado para precificação das opções é o modelo de Black-Scholes, o qual utiliza as seguintes premissas básicas: o preço na outorga, o preço de exercício, o prazo de carência, a volatilidade do preço das ações, o percentual de dividendos distribuídos e a taxa livre de risco.

4º plano de outorga de opção de ações

Aprovação do plano

Em 11 de maio de 2021, o Conselho de Administração aprovou o 4º plano de outorga de opções, no âmbito do Contrato de Outorga. O total de opções outorgadas nesta data foi de 970.000 (novecentos e setenta mil) opções, com preço de exercício unitário de R\$ 8,06 (oito reais e seis centavos), distribuídas entre os beneficiários eleitos. Com o propósito de satisfazer o exercício de opções outorgadas, a Companhia poderá emitir novas ações, dentro do limite do capital autorizado, com exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia, conforme permissão do artigo 171, parágrafo 3º, da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

Características do plano

4º plano de outorga de opções – 2021

4º outorga

Data da outorga	11/mai/2021
Quantidade de opções outorgadas	970.000
Período de carência para o exercício (Vesting)	3 anos
Vencimento para o exercício	31/mar/2024
Prazo máximo para o exercício	31/mar/2025
Preço de exercício	R\$ 8,06 (1)
Beneficiários (colaboradores)	23 (2)

- (1) O preço de exercício é fixado em R\$8,06 (oito reais e seis centavos), corrigido pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA desde a data da outorga até a data do efetivo exercício da Opção.
- (2) Originalmente foram beneficiados 23 colaboradores para o 4º plano de Stock Options, porém em 31/12/2021, devido ao desligamento de 01 colaborador o total é de 22 beneficiários.

Beneficiários

Poderão ser eleitos como beneficiários de outorgas de opção de compra de ações os diretores (estatutários ou não), gerentes de divisão e funcionários da Vulcabras S.A. e das sociedades que estejam sob o seu controle direto ou indireto (Controladas), inclusive em relação a novas contratações, ficando todos eles sujeitos à aprovação do Conselho de Administração da Companhia.

Método de precificação

O método utilizado para precificação das opções é o modelo de *Black-Scholes*, o qual utiliza as seguintes premissas básicas: o preço na outorga, o preço de exercício, o prazo de carência, a volatilidade do preço das ações, o percentual de dividendos distribuídos e a taxa livre de risco.

Despesa do plano de opções

Os montantes das amortizações registradas como despesa, nas demonstrações financeiras, em contrapartida ao patrimônio líquido da Companhia, desde a data da outorga até 31 de dezembro de 2021, estão descritos a seguir (apresentado em reais):

Plano	Preço de exercício	Data da outorga	Despesa	Despesa
			acumulada 31/12/2021	acumulada 31/12/2020
1º Plano – 2018	R\$ 9,50	16/jan/2018	R\$ 1.638	R\$ 1.515
2º Plano – 2019	R\$ 7,96	05/mai/2019	R\$ 1.579	R\$ 1.019
3º Plano – 2020	R\$ 8,57	06/ago/2020	R\$ 1.098	R\$ 500
4º Plano – 2021	R\$ 8,06	11/mai/2021	R\$ 416	-
Total			R\$ 4.731	R\$ 3.034

d. Reserva de lucros

(i) Reserva legal

Constituída em 31 de dezembro de 2021 no montante de R\$ 15.692, com base em 5% do lucro líquido do exercício.

(ii) Dividendos

Em 12 de novembro de 2021, a Companhia pagou dividendos intermediários no valor de R\$ 86.015, (representando R\$ 0,35 trinta e cinco centavos por ação).

(iii) Reserva de lucros a realizar

Conforme art. 197 da Lei 6.404/76 foi constituída a reserva de lucros a realizar, no valor de R\$ 201.927.

e. Ajustes de avaliação patrimonial

A rubrica ajustes de avaliação patrimonial inclui: (i) alterações líquidas acumuladas de ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes até que os investimentos sejam desreconhecidos ou sofram perda por redução no valor recuperável; e (ii) ajustes acumulados de conversão incluem todas as diferenças de moeda estrangeira decorrentes da conversão das Demonstrações financeiras de operações no exterior. Em 31 de dezembro de 2021, o saldo de ajuste de avaliação patrimonial é de R\$ 22.744 (R\$ 21.114 em 31 de dezembro de 2020).

21 Receita líquida de vendas

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Receita operacional bruta		
Venda e revenda de produtos		
Mercado interno	2.067.833	1.310.012
Mercado externo	139.199	102.205
Serviços prestados	3.695	1.616
	2.210.727	1.413.833
Deduções		
Impostos sobre as vendas e serviços	(238.031)	(160.811)
Devoluções, abatimentos e desconto pontualidade	(105.520)	(73.795)
	(343.551)	(234.606)
Receita operacional líquida	1.867.176	1.179.227

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 houve um aumento em relação ao mesmo exercício de 2020, esta variação é decorrente dos efeitos da pandemia da COVID-19 que tiveram impactos relevantes em 2020.

22 Custo das vendas e revendas

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Matéria prima	(453.104)	(312.547)
Mão de obra	(251.809)	(178.510)
Custo indiretos	(203.577)	(156.676)
Custo indireto não alocado (*)	-	(36.384)
Revenda	(299.271)	(146.928)
Total custo das vendas e revendas	(1.207.761)	(831.045)

(*) A Companhia classificou no exercício de 2020 custos indiretos de produção, não alocados aos produtos no período em que as fábricas estavam fechadas devido às restrições do governo como custo dos produtos vendidos de acordo com CPC 16.38 (IAS 2.38). No exercício de 2021 as fábricas operaram normalmente.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 houve um aumento em relação ao mesmo exercício de 2020, esta variação é decorrente dos efeitos da pandemia da COVID-19 que tiveram impactos relevantes em 2020 e das operações da Mizuno que deram início em janeiro de 2021 (ver nota 1.1.2).

23 Despesas com vendas

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Comissões	(71.764)	(43.698)
Fretes	(70.565)	(55.439)
Propaganda	(68.096)	(53.119)
Royalties (*)	(25.938)	(3.383)
Gastos com pessoal	(46.482)	(28.284)
Outros gastos (**)	(18.553)	(6.559)
	(301.398)	(190.482)
Perdas por redução ao valor recuperável (***)	11.929	(9.593)
Total de despesas com vendas	(289.469)	(200.075)

(*) Aumento decorrente do crescimento das vendas e introdução da marca Mizuno.

(**) Os valores mais relevantes são compostos por R\$ 5.709 com serviços de terceiros em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 687 em 31 de dezembro de 2020) e R\$ 2.048 com despesas da filial de Extrema que deu início as suas operações em janeiro de 2021 (zero em 31 de dezembro de 2020).

(***) Efeito oriundo pela reversão da provisão de títulos incobráveis (ver nota explicativa 6d e nota 26).

24 Despesas administrativas

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Gastos com pessoal	(52.775)	(43.494)	(2.544)	(2.512)
Serviços de terceiros	(23.277)	(27.611)	(3.065)	(2.581)
Aluguéis	(3.759)	(2.925)	-	-
Viagens e estadias	(717)	(326)	(1)	-
Segurança	(1.418)	(1.442)	(197)	(171)
Litígios e impostos	(1.775)	(2.275)	(527)	(552)
Informática e telecomunicação	(9.005)	(6.128)	(45)	(51)
Energia elétrica, água e esgoto	(1.071)	(655)	(24)	(11)
Manutenção, limpeza e meio ambiente.	(3.779)	(3.602)	(5)	(13)
Depreciação e amortização (*)	(16.203)	(16.668)	(183)	(408)
Outros	(4.356)	(5.435)	(1.112)	(963)
Total despesas administrativas	(118.135)	(110.561)	(7.703)	(7.262)

(*) Os valores mais relevantes são compostos por amortizações de arrendamento devido aos impactos do CPC 06 (R2) /- IFRS 16, R\$ 10.370 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 10.130 em 31 de dezembro de 2020).

25 Outras receitas (despesas) operacionais líquidas

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Outras receitas operacionais				
Receita de aluguel	5.074	5.024	5.057	5.020
Receitas sobre vendas de energia	45	808	-	-
Venda de sucata	1.516	1.179	-	-
Receita na venda de ativo fixo	3.218	3.485	-	-
Recuperação de PIS/COFINS s/ ICMS (*)	66.946	8.686	-	-
Precatório	-	797	-	-
Ganho com liquidação de relacionamento pré-existente (**)	13.980	-	-	-
Outros	7.721	10.229	-	451
Total outras receitas operacionais	98.500	30.208	5.057	5.471
Outras despesas operacionais				
Provisão para contingências	(9.740)	(5.137)	(35)	(37)
Despesa na venda de ativo fixo	(3.430)	(5.492)	-	-
Outros (***)	(14.546)	(18.782)	(155)	-
Total outras despesas operacionais	(27.716)	(29.411)	(190)	(37)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	70.784	797	4.867	5.434

(*) No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 as controladas Vulcabras BA, Vulcabras CE e Vulcabras Distribuidora registraram crédito extemporâneo de R\$ 971, R\$ 63.266 e R\$ 2.708 respectivamente, referente a recuperação de Pis/Cofins sobre a tese de exclusão do ICMS, (R\$ 6.881 na Vulcabras BA, R\$ 1.805 na Vulcabras Distribuidora em 31 de dezembro de 2020).

(**) Em 30 de junho de 2021 com a conclusão da segunda etapa da operação de aquisição de ativos da Running a Companhia registrou R\$ 13.980 de ganhos líquidos referentes à liquidação de relacionamento pré-existente.

(***) O principal valor em 31 de dezembro de 2021 é composto por R\$ 4.429 referente as despesas de ICMS sobre outros produtos (R\$ 2.903 referente as despesas de ICMS sobre outros produtos).

26 Resultado financeiro

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Receitas financeiras				
Estrutura de capital				
Receita de aplicações	6.170	4.944	2.576	242
Outros	4	-	-	-
Subtotal	6.174	4.944	2.576	242
Operacionais				
Juros	2.229	1.857	5.344	629
Descontos obtidos	692	5.857	-	-
Atualização de crédito extemporâneo (*)	59.135	-	-	-
Outros	5.260	5.287	32	-
Subtotal	67.316	13.001	5.376	629
Variações cambiais	14.533	28.400	-	-
Total receitas financeiras	88.023	46.345	7.952	871
Despesas financeiras				
Estrutura de capital				
Juros (**)	(30.436)	(14.585)	(8.770)	(763)
IOF	(253)	(120)	(4)	(7)
Outros	(2.667)	(2.117)	-	-
Subtotal	(33.356)	(16.822)	(8.774)	(770)
Operacionais				
Tarifas bancárias	(4.491)	(3.754)	(2)	(2)
Taxa/comissão venda cartão	(117)	(1.002)	-	-
Descontos concedidos (***)	(10.439)	(1.585)	-	-
AVP	(2.269)	-	-	-
Outras tarifas	(3.398)	(2.363)	-	-
Subtotal	(20.714)	(8.704)	(2)	(2)
Variações cambiais	(21.495)	(20.880)	-	-
Total despesas financeiras	(75.565)	(46.406)	(8.776)	(772)
Resultado financeiro	12.458	(61)	(824)	99

(*) A variação principal refere-se a correção dos créditos extemporâneos no valor de R\$ 59.135 (R\$ 1.658 em 31 de dezembro de 2021) ver nota 8a.

(**) No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 houve um aumento de R\$ 13.111 decorrente de novas captações de financiamentos para capital de giro.

(***) Em junho de 2021 foram aplicados descontos na venda de títulos incombráveis no valor de R\$ 8.604.

27 Resultado por ação

O cálculo básico do resultado por ação é efetuado através da divisão do resultado do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o mesmo exercício.

O resultado diluído por ação é calculado através da divisão do resultado atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias, que seriam emitidas na conversão de todas as ações potenciais dilutivas em suas respectivas ações.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possuía ações potenciais em circulação que poderiam afetar a diluição do resultado por ação nos termos do CPC 41/IAS 33 no montante total de 3.200.000 (três milhões e duzentos mil) potenciais ações. Do montante total, 635.000 (seiscentos e trinta e cinco mil) potenciais ações são referentes a primeira outorga de ações do plano de Stock Options que foi aprovado em 16 de janeiro de 2018, 755.000 (setecentos e cinquenta e cinco mil) potenciais ações são referentes a segunda outorga de ações do plano de Stock Options que foi aprovado em 05 de maio de 2019, 870.000 (oitocentos e setenta mil) potenciais ações são referentes a terceira outorga de ações do plano de Stock Options que foi aprovado em 06 de agosto de 2020 e 940.000 (novecentos e quarenta mil) potenciais ações são referentes a quarta outorga de ações do plano de Stock Options que foi aprovado em 11 de maio de 2021.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possuía 2.260.000 (dois milhões duzentas e sessenta mil) potenciais ações em circulação. Do montante total, 635.000 (seiscentos e trinta e cinco mil) potenciais ações são referentes a primeira outorga de ações do plano de Stock Options que foi aprovado em 16 de janeiro de 2018, e, 755.000 (setecentos e cinquenta e cinco mil) potenciais ações são referentes a segunda outorga de ações do plano de Stock Options que foi aprovado em 05 de maio de 2019 e 870.000 (oitocentos e setenta mil) potenciais ações são referentes a terceira outorga de ações do plano de Stock Options que foi aprovado em 06 de agosto de 2020, que poderiam afetar a diluição do resultado por ações nos termos do CPC 41/IAS 33.

O quadro a seguir apresenta os cálculos do resultado básico e diluído por ação.

	Consolidado	
	Quantidade de ações ordinárias	
	31/12/2021	31/12/2020
Resultado atribuível aos acionistas	313.839	31.554
Média ponderada básica das ações em circulação durante o exercício	245.756.244	245.756.346
Média ponderada diluída das ações em circulação durante o exercício	248.956.244	248.016.346
Resultado por ação básico (lote de mil) - R\$	1,2770	0,1285
Resultado por ação diluído (lote de mil) - R\$	1,2606	0,1274

28 Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco

Os principais ativos e passivos financeiros da Companhia e suas controladas referem-se a caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores, mútuos com partes relacionadas, passivo de arrendamento e financiamentos e empréstimos.

Estrutura e gerenciamento dos riscos financeiros

A Companhia e suas controladas administram os riscos financeiros através do monitoramento de posições financeiras dos ativos e passivos, controlando os limites de exposição.

A Companhia e suas controladas possuem exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito
- Risco de mercado
- Risco de taxa de juros
- Risco de liquidez

O gerenciamento desses instrumentos é efetuado por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia e suas controladas foram estabelecidas para identificar e analisar a exposição, para definir limites e controles apropriados, monitorando os riscos e a aderência aos limites impostos. As políticas de risco e os sistemas são revistos regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia e suas controladas.

As avaliações de seus instrumentos financeiros, bem como, gerenciamento de riscos estão relatados a seguir:

(i) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco da Companhia e suas controladas incorrerem em perdas financeiras caso uma parte falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes. Os valores contábeis dos ativos financeiros e ativos de contrato representam a exposição máxima do crédito.

A Companhia e suas controladas estão expostas ao risco de crédito pela possibilidade de não receber valores decorrentes do contas a receber de clientes ou de créditos junto a instituições financeiras.

A gestão de riscos da Companhia e de suas controladas adotam as seguintes práticas:

- (i) Seletividade das instituições financeiras, que são considerados pelo mercado como de primeira linha (maiores bancos por ativo do país), bancos estatais ou Agencias Governamentais de fomento, fazendo com que o risco de crédito com as instituições financeiras seja muito baixo e diversificação de instrumentos financeiros de aplicações de recursos da empresa, que estão aplicados a uma cesta de indicadores composta por CDI, taxas pré-fixadas ou corrigidos pela inflação.

- (ii) Análise de créditos concedidos a clientes e estabelecimento de limite de vendas. Não há clientes que individualmente representem mais que 9,6% do total do contas a receber de clientes da Companhia em 31 de dezembro de 2021 (14,2% em 31 de dezembro de 2020); e
- (iii) A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente. Contudo, a Administração também considera os fatores que podem influenciar o risco de crédito da sua base de clientes, incluindo o risco de não pagamento da indústria e do país no qual o cliente opera.

A Companhia utiliza uma matriz de provisões para a mensuração da perda de crédito esperada com contas a receber de clientes individuais:

31 de dezembro de 2021	Política aplicada	Saldo contábil bruto	Provisão para perdas estimadas
Lojas	0,00%	32.337	-
A Vencer	0,04%	579.880	(232)
Vencido de 1-30 dias	0,50%	5.129	(26)
Vencido de 31-60 dias	10,00%	578	(58)
Vencido de 61-90 dias	25,00%	624	(156)
Vencido há mais de 90 dias	100,00%	17.294	(17.294)
Cientes em recuperação judicial (com reestruturação financeira)	40,00%	3.050	(1.220)
Cientes em recuperação judicial (sem reestruturação financeira)	100,00%	16.088	(16.088)
		654.980	(35.074)
		654.980	(35.074)

31 de dezembro de 2020	Política aplicada	Saldo contábil bruto	Provisão para perdas estimadas
Lojas	0,00%	13.520	-
A Vencer	0,04%	525.940	(210)
Vencido de 1-30 dias	0,50%	4.173	(21)
Vencido de 31-60 dias	10,00%	327	(33)
Vencido de 61-90 dias	25,00%	263	(66)
Vencido há mais de 90 dias	100,00%	31.433	(31.433)
Cientes em recuperação judicial (com reestruturação financeira)	40,00%	14.865	(5.952)
Cientes em recuperação judicial (sem reestruturação financeira)	100,00%	4.406	(4.406)
Mercado exterior		29.706	(8.408)
		624.633	(50.529)
		624.633	(50.529)

Os critérios utilizados para o cálculo da matriz de perda estão divulgados na nota explicativa 6c.

As taxas de perda são baseadas na experiência real de perda de crédito verificada no exercício contábil anterior. Essas taxas foram multiplicadas por fatores de escala para refletir as diferenças entre as condições econômicas durante o período em que os dados históricos foram coletados, as condições atuais e a visão da Companhia sobre as condições econômicas ao longo da vida esperada dos recebíveis.

(ii) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações - irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é avaliar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Companhia não utiliza derivativos para gerenciar o risco de mercado.

Risco cambial

Considerando o risco de preço nas exportações que são equivalentes a 3,64% da receita de suas controladas em 31 de dezembro de 2021 (4,16% em 31 de dezembro de 2020), a eventual volatilidade da taxa de câmbio representa, na verdade, um risco de preço que poderá comprometer os resultados planejados pela Administração.

Análise de sensibilidade

Os resultados da Companhia e suas controladas estão suscetíveis de sofrer variações não significativas, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre os ativos e passivos atrelados a moedas estrangeiras, principalmente, do dólar norte-americano, que encerrou o exercício de 31 de dezembro de 2021, com a variação positiva de 7,39% em relação à última cotação de 31 de dezembro de 2020.

Como estratégia para prevenção e redução dos efeitos da flutuação da taxa de câmbio, a Administração tenta manter *hedge* natural com a manutenção de ativos vinculados, suscetíveis também, à variação cambial. A Administração não contrata instrumentos financeiros para eliminar sua exposição aos riscos de câmbio, que estão demonstrados a seguir:

	Consolidado	
Moeda dólar (US\$ mil)	31/12/2021	31/12/2020
Ativos em moeda estrangeira (a)	16.094	7.793
Passivos em moeda estrangeira (b)	(4.355)	(6.287)
Superávit apurado (a-b)	11.739	1.506

Dada a exposição do risco de oscilação da cotação, a Companhia apresenta abaixo três cenários de variação do dólar e os respectivos resultados futuros que seriam gerados. São eles:

- 1. Cenário provável e que é adotado pela Companhia e suas controladas:** Cotação do dólar em R\$ 5,5805 em 31 de dezembro de 2021;
- 2. Cenário possível:** Conforme determina a deliberação da CVM, o cenário é construído considerando uma redução de 25% na cotação do dólar, passando para R\$ 4,1854; e
- 3. Cenário remoto:** Ainda de acordo com a norma da CVM, neste cenário a cotação do dólar utilizada no cenário provável é reduzida em 50%, passando a R\$ 2,7903.

Quadro demonstrativo de análise de sensibilidade de câmbio - Efeito resultado em 31 de dezembro de 2021

Transação	Risco	Cenário provável	Cenário possível	Cenário remoto
Resultado financeiro	US\$ 11.739 mil Queda do US\$	Câmbio de 5,5805 -	Câmbio de 4,1854 (16.377)	Câmbio de 2,7903 (32.754)

(iii) Risco de taxa de juros

Análise de sensibilidade

Os resultados da Companhia e suas controladas estão suscetíveis de sofrer variações, não significativas, em função dos efeitos da volatilidade da taxa DI-CETIP, TJLP e IPCA sobre as aplicações financeiras e parte de seus empréstimos e financiamentos, atrelados a essas taxas.

	Consolidado		Consolidado	
	Valor contábil 31/12/2021	Valor justo 31/12/2021	Valor contábil 31/12/2020	Valor justo 31/12/2020
Ativos em CDI	114.347	114.347	233.762	233.762
Passivos em TJLP	2.571	2.442	2.276	2.365
Passivos em IPCA	100.527	105.096	125.808	138.053
Passivos em CDI	250.040	251.262	156.975	159.687

Dado a exposição do risco de oscilação dos indexadores das aplicações financeiras e dos empréstimos, a Companhia apresenta abaixo os cenários de variação das taxas e os respectivos resultados futuros que seriam gerados. São eles:

- (i) Cenário provável que é o adotado pela Companhia e suas controladas, DI-CETIP de 9,15% a.a. e TJLP de 6,08% a.a. e IPCA de 10,06% a.a.;
- (ii) Cenário possível, considerando um aumento ou redução de 25% sobre as taxas;
- (iii) Cenário remoto, considerando um aumento ou redução de 50% sobre as taxas.

Abaixo a demonstração da variação das taxas para a data base 31 de dezembro de 2021:

Operação	Risco	Cenário provável	Cenário possível - 25%	Cenário remoto - 50%
Empréstimos em TJLP	Alta da TJLP	TJLP a 6,08% R\$ 0	TJLP a 7,60% R\$ 39	TJLP a 9,12% R\$ 78
Empréstimos em IPCA	Alta do IPCA	IPCA a 10,06% R\$ -	IPCA a 12,58% R\$ 2.533	IPCA a 15,09% R\$ 5.057
Empréstimos em CDI	Alta da CDI	CDI a 9,15% R\$ 0	CDI a 11,44% R\$ 5.726	CDI a 13,73% R\$ 11.452
Aplicações em CDI	Queda do CDI	CDI a 9,15% R\$ -	CDI a 6,86% R\$ (2.619)	CDI a 4,58% R\$ (5.226)

(iv) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. O objetivo da Companhia ao administrar a liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A Companhia e suas controladas acompanham o risco de liquidez de recursos, através de políticas de monitoramento de caixa para evitar o descasamento de contas a receber e a pagar.

Adicionalmente, a Companhia e suas controladas mantêm saldos em aplicações financeiras com liquidez diária, passíveis de resgate a qualquer momento, para cobrir eventuais descasamentos entre a data de maturidade de suas obrigações contratuais e sua geração de caixa.

Os cronogramas de pagamento das parcelas de longo prazo dos empréstimos e financiamentos são apresentados abaixo:

Vencimento	31/12/2021	
	Valor	%
2023	35.061	46%
2024	17.303	23%
2025	14.826	19%
2026	9.078	12%
Total	76.268	100%

Composição dos saldos

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia e suas controladas foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Os saldos contábeis e o valor justo dos instrumentos financeiros incluídos nos balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 estão identificados a seguir:

		Consolidado			
		31/12/2021		31/12/2020	
Descrição	Classificação	Saldo contábil	Valor justo	Saldo contábil	Valor justo
Caixa e equivalentes de caixa	Ativos financeiros ao custo amortizado	114.635	114.635	158.552	158.552
Aplicações financeiras					
CDB/Fundo de investimento	Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	9.418	9.418	90.049	90.049
Fundo de investimento em ações	Ativos financeiros ao valor justo através de outros resultados abrangentes	894	894	458	458
Contas a receber	Ativos financeiros ao custo amortizado	616.275	616.275	574.104	574.104
Outras contas a receber	Ativos financeiros ao custo amortizado	19.323	19.323	11.266	11.266
Empréstimos e financiamentos:					
Em moeda nacional	Outros passivos financeiros	353.138	358.800	285.058	300.104
Em moeda estrangeira	Outros passivos financeiros	8.112	7.664	26.571	26.727
Fornecedores	Outros passivos financeiros	78.006	78.006	62.457	62.457
Mútuo com partes relacionadas	Outros passivos financeiros	18.041	18.041	17.632	17.632
		Controladora			
		31/12/2021		31/12/2020	
Descrição	Classificação	Saldo contábil	Valor justo	Saldo contábil	Valor justo
Caixa e equivalentes de caixa	Ativos financeiros ao custo amortizado	33	33	18	18
Aplicações financeiras					
CDB/Fundo de investimento	Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	2	2	80.951	80.951
Mútuos com partes relacionadas	Ativos financeiros ao custo amortizado	118.324	118.324	120.602	120.602
Outras contas a receber	Ativos financeiros ao custo amortizado	3.423	3.423	1.538	1.538
Fornecedores	Outros passivos financeiros	1.672	1.672	289	289
Mútuos com partes relacionadas	Outros passivos financeiros	206.533	206.533	197.763	197.763

(v) Hierarquia do valor justo

Descrição	Consolidado				Controladora			
	31/12/2021		31/12/2020		31/12/2021		31/12/2020	
	Nível 1	Nível 2	Nível 1	Nível 2	Nível 1	Nível 2	Nível 1	Nível 2
Aplicações financeiras								
CDB pós-fixados	-	5.005	-	85.748	-	-	-	80.949
Fundo de investimento	-	4.413	-	4.301	-	2	-	2
Fundo de investimento em ações	894	-	458	-	-	-	-	-
Mútuos com partes relacionadas	-	-	-	-	-	118.324	-	120.602
Empréstimos e financiamentos	-	366.464	-	326.831	-	-	-	-
Mútuos com partes relacionadas	-	18.041	-	17.632	-	206.533	-	197.763

- **Nível 1** - Preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos;
- **Nível 2** - *Inputs* diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços);
- **Nível 3** - *Inputs* para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

(vi) Critérios, premissas e limitações utilizados no cálculo dos valores justo (fair value)

Aplicações financeiras

Para as aplicações financeiras o valor justo contra o resultado foi apurado com base nas cotações de mercado desses títulos, que são estáveis considerando as taxas e prazos das aplicações. As aplicações possuem remuneração baseada em percentual do DI - CETIP e estão atualizadas na data de 31 de dezembro de 2021 (ver nota explicativa 5).

Contas a receber

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia e suas controladas. As perdas estimadas para redução ao valor recuperável foram constituídas em montante considerado suficiente pela administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos.

Empréstimos e financiamentos

O valor dos empréstimos e financiamentos calculados na data de 31 de dezembro de 2021 são mensurados pelo custo amortizado, pelo método de taxa efetiva de juros, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais. Encontramos atualmente taxas de juros aplicáveis a esses instrumentos idênticas aos contratos que estão firmados, considerando o objetivo do financiamento, prazos e garantias que são oferecidas. O modelo de avaliação considera o valor presente do pagamento esperado, descontado utilizando uma taxa de desconto ajustada ao risco.

Fornecedores

Os fornecedores decorrem diretamente das operações comerciais da Companhia e suas controladas, estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a atualizações cambiais e monetárias, quando aplicável, até a data do balanço patrimonial.

Limitações

O valor justo dos instrumentos foi estimado na data do balanço, baseados em “informações relevantes de mercado”. As mudanças nas premissas podem afetar significativamente as estimativas apresentadas.

(vii) Gestão do capital

O objetivo da gestão de capital da Companhia e suas controladas é assegurar que se mantenha um *rating* de crédito forte perante as instituições e uma relação de capital estruturada, a fim de suportar os negócios da Companhia e maximizar o valor aos acionistas.

A Companhia e suas controladas incluem dentro da estrutura de dívida líquida: empréstimos e financiamentos, menos caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Empréstimos e financiamentos	(361.250)	(311.629)
Arrendamentos	(19.779)	(18.530)
Caixa e equivalentes de caixa	114.635	158.552
Aplicações financeiras	10.312	90.543
Dívida líquida	(256.082)	(81.064)
Patrimônio líquido	1.356.562	1.125.394

29 Cobertura de seguros

A Companhia e suas controladas adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

As premissas de risco adotadas não fazem parte de uma auditoria das demonstrações financeiras e, conseqüentemente, não foram examinadas por nossos auditores independentes.

Os montantes das coberturas em 31 de dezembro de 2021 são resumidos a seguir:

Seguros corporativos em reais		
Objeto	Risco coberto	Valor de cobertura
Patrimonial	Incêndio, Vendaval, Danos Elétricos, Quebra de Máquinas, Roubo, Alagamento, Equipamentos Eletrônicos.	195.000
Lucros cessantes	Despesas fixas (P.I. 3 meses)	60.000
D&O	Responsabilidade civil geral de administradores	20.000
RC Geral	Responsabilidade civil geral	2.000
Veículos leves	Danos materiais, corporais e morais a terceiros	15.200
Veículos pesados	Danos materiais, corporais e morais a terceiros	11.200
Transporte internacional – Importação	Limite por embarque - Mercadorias/Matéria prima	8.371
Total dos seguros corporativos		311.771

30 Subvenções e assistência governamental

a. Incentivos federais

- **REDUÇÃO IRPJ** - Consiste no direito da redução de 75% do Imposto de Renda e Adicionais, calculados com base no lucro da exploração com fundamento no art. 1º da Medida Provisória nº 2.199-14 de 24 de agosto de 2001, em conformidade com os critérios estabelecidos e ainda em conformidade com o regulamento dos incentivos fiscais. São considerados em condições onerosas atendidas, os empreendimentos em total modernização atualmente nas áreas de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE. São beneficiários do incentivo de redução de 75% do imposto de renda os empreendimentos instalados nos estados do Ceará, Bahia e Sergipe.

b. Incentivos estaduais

(i) Ceará

Para calçados

- **PROVIN** - É um programa de incentivo ao fundo de desenvolvimento industrial do Ceará (FDI), no qual consiste no diferimento de 99% do valor apurado de ICMS, que incide sobre produção própria exclusivamente de calçados. Sob o valor de cada parcela do benefício, 1% será pago uma única vez, tendo como data base de vencimento no último dia do mês, onde após 36 meses, o montante será devidamente corrigido, desde a data do desembolso até a data do vencimento, atualizados pela TJLP.

Para confecções

- **PROVIN** - É um programa de incentivo ao fundo de desenvolvimento industrial do Ceará (FDI), no qual consiste no diferimento de 75% do valor apurado de ICMS, que incide sobre produção própria exclusivamente de confecções. Sob o valor de cada parcela do benefício, 25% será pago uma única vez, tendo como data base de vencimento no último dia do mês, onde após 36 meses, o montante será devidamente corrigido, desde a data do desembolso até a data do vencimento, atualizados pela TJLP.

Incentivos adicionais

Tem como adicional ao PROVIN calçados e confecção o diferimento do ICMS nas importações de matérias primas, máquinas, equipamentos, partes e peças que não tenham similar no Estado do Ceará, bem como do diferencial de alíquotas nas compras de bens de capital.

- **PCDM** - É um programa de incentivo às centrais empresariais de distribuição de mercadorias (PCDM), no qual consiste na redução de 75% do valor do saldo devedor do ICMS apurado mensalmente sobre as operações de saídas interestaduais de mercadorias. Exclui-se do objeto desse instrumento, o ICMS retido de terceiros pela empresa, em função do regime de substituição tributária.

Incentivos adicionais

Tem como adicional ao PCDM o diferimento do ICMS incidente: Na importação de mercadorias do exterior para saídas subsequentes, importação do exterior e de outros Estados, de bens para integrar o ativo fixo.

(ii) Bahia

- **PROBAHIA** - Consiste no programa de desenvolvimento da Bahia, com o intuito de diversificar e estimular a transformação dos processos industriais do estado. Tem como benefício o diferimento do ICMS sobre o total dos débitos apurados pela saída de mercadorias, onde se calcula um crédito presumido de 99% sobre o valor devido. Seu pagamento consiste em 1% do saldo devedor que deverá ser pago no mês subsequente ao da apuração do ICMS.

Incentivos adicionais

Tem como adicional ao PROBAHIA o diferimento do ICMS nas importações de matérias primas, máquinas, equipamentos, partes e peças, bem como do diferencial de alíquotas nas compras de bens de capital.

(iii) Minas Gerais

- **Regime Especial** – Para operação da Vulcabras Distr. Art. Esp. Ltda (Filial Extrema-MG), teremos o e-PTA-RE Nº: 45.000024131-24, que trata da seguinte forma o incentivo Regime Especial com protocolo de intenções simplificado prevendo diferimentos, crédito presumido e TTS/CORREDOR DE IMPORTAÇÃO, que consiste no diferimento do pagamento do ICMS nas importações com fim específico de comercialização; no diferimento parcial, resultando em destaque de 4% (quatro por cento), para produtos importados e 12% para produtos nacionais do ICMS devido nas vendas internas destinadas a contribuintes beneficiários de regime especial; no crédito presumido para que a alíquota efetiva seja de 3% nas operações internas e interestaduais com produtos nacionais e no crédito presumido de 2,5% nas operações interestaduais com produtos importados ou 4% nas operações internas com produtos importados, por prazo indeterminado.
- **Regime Especial** – Para operação da Vulcabras SP (Filial Extrema-MG)., teremos o e-PTA-RE Nº: 45.000024132-05, que trata da seguinte forma o incentivo Regime Especial: TTS/E-COMMERCE NÃO VINCULADO, que consiste na adoção de procedimentos para a atribuição da responsabilidade pela retenção e pagamento do ICMS devido a título de substituição tributária, à concessão de diferimento de ICMS na importação e à adoção de sistema simplificado de escrituração e apuração do imposto, nas operações contratadas no âmbito do comércio eletrônico ou de telemarketing destinadas a consumidor final com crédito presumido de ICMS nas operações internas de 12% para produtos nacionais e 4% para produtos importados e de 1,3% de alíquota efetiva nas vendas interestaduais, por prazo indeterminado.

c. Incentivos adicionais

TTS/ATACADISTAS e TTS/E-COMMERCE contempla também diferimento do pagamento do ICMS incidente sobre a entrada de mercadorias com fim específico de comercialização, em decorrência de importação direta do exterior, para as operações subsequentes praticadas pela Vulcabras.

Demonstrativo das Subvenções governamentais			
Controlada	Incentivo estadual	%	Prazo de vencimento
Vulcabras CE, Calç. e Art. Esp. S.A.	Provin Calçados	99%	Ago/2031
Vulcabras CE, Calç. e Art. Esp. S.A.	Provin Confecções	75%	Jun/2022
Vulcabras BA, Calç. e Art. Esp. S.A.	Probahia	99%	Jul/2027
Vulcabras Distr. Art. Esp. Ltda.	PCDM	75%	Dez/2022
Vulcabras Distr. Art. Esp. Ltda.	TTS/ATACADISTAS	Variável	Indeterminado
Vulcabras SP, Comércio de Art. Esp. Ltda	TTS/E-COMMERCE	Variável	Indeterminado

Demonstrativo das subvenções governamentais			
Controlada	Incentivo federal	%	Prazo de vencimento
Vulcabras CE, Calç. e Art. Esp. S.A.	Redução IRPJ	75%	Dez/2025
Vulcabras BA Calç. e Art. Esp. S.A.	Redução IRPJ	75%	Dez/2026

d. Consolidado

Considerando que tais incentivos foram contabilizados diretamente no resultado das controladas, por consequência, foram reconhecidos no resultado da Companhia através do cálculo da equivalência patrimonial, cujos efeitos são demonstrados a seguir:

ICMS	Incentivo fiscal registrado no resultado das controladas	Montante do incentivo no consolidado	% participação	Resultado da equivalência patrimonial na controladora	
				31/12/2021	31/12/2020
	Vulcabras CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A.	92.748	99,99%	92.739	70.096
	Vulcabras Distr. Art. Esp. Ltda.	17.645	0,14%	25	8
	Vulcabras BA, Calçados e Artigos Esportivos S.A	62.313	100,00%	62.313	46.265
	Vulcabras SP, Comércio de Art. Esp. Ltda.	4.390	100,00%	4.390	-
		<u>177.096</u>		<u>159.467</u>	<u>116.369</u>

Reintegra	Montante do incentivo no consolidado	% participação	Resultado da equivalência patrimonial na controladora	
			31/12/2021	31/12/2020
Incentivo fiscal registrado no resultado das controladas				
Vulcabras CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A.	44	99,99%	44	27
Vulcabras BA, Calçados e Artigos Esportivos S.A.	40	100,00%	40	34
	<u>84</u>		<u>84</u>	<u>61</u>

31 Informação por produtos e área geográfica

As informações de vendas líquidas no mercado externo e interno, por região geográfica, foram elaboradas a partir do país de origem da receita, ou seja, tendo por base as vendas realizadas pelas suas controladas no Brasil e por meio das subsidiárias no exterior.

O Grupo atua no segmento de produção e comercialização de calçados sintéticos para o mercado interno e externo.

Embora os calçados sejam destinados para atender aos diversos públicos e classes sociais, os mesmos não são controlados e gerenciados pela Administração como segmentos independentes, sendo os resultados da Companhia acompanhados, monitorados e avaliados de forma integrada.

As vendas consolidadas no mercado interno e externo e os ativos não circulantes, estão assim demonstrados:

	31/12/2021	31/12/2020
Receita líquida de vendas		
Calçados esportivos	1.572.732	856.518
Calçados femininos	48.621	142.732
Outros calçados e outros	105.468	86.724
Confecções	140.355	93.253
	<u>1.867.176</u>	<u>1.179.227</u>
Mercado interno	1.729.430	1.078.060
Mercado externo	137.746	101.167
	<u>1.867.176</u>	<u>1.179.227</u>

Os ativos não circulantes de cada região geográfica estão demonstrados a seguir:

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Ativos não circulantes no mercado externo e interno a partir de		
Brasil	680.587	547.935
Outros países	15.353	20.434
Total	<u>695.940</u>	<u>568.369</u>

Composição do Conselho de Administração

Pedro Grendene Bartelle
Presidente

André de Camargo Bartelle
1º Vice-Presidente

Pedro Bartelle
2º Vice-Presidente

Paulo Sérgio da Silva
Conselheiro Independente

Octávio Ferreira de Magalhães
Conselheiro Independente

Composição da Diretoria

Pedro Bartelle
Presidente

Wagner Dantas da Silva
Diretor Administrativo e de Finanças

Flávio de Carvalho Bento
Diretor Industrial

Rafael Carqueijo Gouveia
Diretor Superintendente

Rodrigo Miceli Piazer
Diretor de Supply Chain

Evandro Saluar Kollet
Diretor Corporativo de Desenvolvimento de Produto e Tecnologia

Márcio Kremer Callage
Diretor de Marketing

Diretor de Relações com Investidores

Wagner Dantas da Silva

Responsável técnico

Manoel Damiano da Silveira Neto
Contador CRC 1RJ052266/O-2 “S”-SP